

**PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
CANDIDATURA À PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA – 2016
JHONATAS MONTEIRO – PREFEITO
FERNANDO BARBOSA – VICE**

PROGRAMA DE GOVERNO
[VERSÃO PRELIMINAR EM ATUALIZAÇÃO]

Feira de Santana, julho de 2016

APRESENTAÇÃO

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), neste ano de 2016, decidiu construir um programa de governo para o município de Feira de Santana. Não se trata de um projeto fechado, de uma construção finalizada, nem da “solução” única e definitiva para os problemas que se apresentam. Nem poderia. Para que possa se intitular democrático e popular, qualquer programa de governo, qualquer projeto de cidade e sociedade deve, antes, passar por um amplo debate com quem é diretamente afetado por tais decisões: **o povo**.

É com esse intuito e com esse horizonte que o PSOL se apresenta para no pleito eleitoral: pautar as questões do povo, entendido como a diversidade daqueles que vivem do seu trabalho; discutir francamente os problemas cotidianos que afetam a maioria da população de Feira de Santana; levantar as questões centrais que não são debatidas e ficam escondidas pelo favorecimento político do lucro privado tão comum no cenário local; enfim, propor uma gestão sintonizada com a luta de quem vivencia no dia a dia a exploração, opressão e negação de direitos. Esta proposta é, sobretudo, uma convocação ao povo feirense, aos trabalhadores e trabalhadoras que vivem neste município, para a construção de outra forma de fazer política e de agir frente aos problemas locais.

Trata-se, sem dúvida, de **um projeto novo**. Por um lado, ele não descende de tradicionais famílias que há muitos anos vêm se alternando no poder; não decorre, tampouco, da velha política dos “coronéis” da administração pública, nem do pragmatismo dos que se diziam “da luta” e hoje utilizam as mesmas armas para reprimir a classe trabalhadora; por outro, ele é uma experiência recente, ainda em construção, como o próprio partido que o formula.

Esta é, porém, uma **proposta necessária**. Há muito tempo, no debate político da Feira, não existe qualquer conflito entre projetos políticos realmente distintos – no máximo, há uma disputa de poder entre grupos rivais. Neste sentido, esta proposta, que parece simples, mas se revela ousada, construída por educadores, estudantes, funcionários públicos, lideranças comunitárias, sindicalistas, trabalhadores da construção civil, artistas, ativistas culturais, sem-teto, representa um momento, embora não único, de afirmação prática de outra concepção de cidade e de sociedade. Ela mostra que nós podemos escapar da “pequena política” dos candidatos de sempre, comprometidos com os costumeiros interesses dominantes, que não trazem nenhuma novidade à discussão dos grandes problemas do município. E contestar essa espécie de consenso conservador em torno de um projeto político profundamente antidemocrático que, especialmente nos últimos doze anos, reproduz cotidianamente a negação dos interesses da maioria da população feirense.

Não à toa, foi nesse período que se fortaleceram as atuais relações siamesas entre executivo municipal, especulação imobiliária e cartel do transporte – para ficar apenas nas ilustrações mais evidentes de vínculo dos últimos chefes do Executivo com os interesses dominantes locais. Por mais que o atual prefeito pretenda negar, sua gestão é herdeira do mesmo autoritarismo avesso à participação popular

autônoma, visto na tentativa de imposição do “plano diretor” em 2006 e nos recorrentes desmandos com as reivindicações do professorado municipal.

Um **partido de oposição**. Contrário aos projetos políticos conservadores locais, estaduais e nacionais, propostos e mantidos pelos muitos “partidos da ordem”, para usar a célebre expressão de Florestan Fernandes. Um partido desvinculado de banqueiros, empreiteiros, politiqueiros e, sobretudo, do clientelismo generalizado que lida com o atendimento mínimo de direitos como um grande “favor” concedido ao povo pelo “benevolente” e “trabalhador” governante, agindo nas questões públicas como se fossem relações de compadrio. Afinal, como seria possível criticar em campanha os abusos do empresariado do transporte coletivo se se é financiado por ele? Ou como combater a falta de transparência no uso dos recursos públicos se governo do mesmo modo? Como vou cobrar participação popular nas decisões se não considero o povo enquanto sujeito ativo da política?

Assim, logo de início, o PSOL se afirma como um **partido de esquerda**. Ao negar a domesticação, a acomodação e a inércia frente à ordem burguesa e à situação de desigualdade em que vivemos, o PSOL assume uma opção política clara. Um lado. Uma proposta em favor do povo, tradicionalmente impedido de vivenciar a participação democrática. Uma escolha pelo diálogo com a classe trabalhadora e, conseqüentemente, pelo enfrentamento ao cartel das empresas de ônibus, à privatização da saúde no município e ao lucro desmedido das construtoras, entre outros problemas de Feira.

Uma **orientação programática pautada na diferença e não na desigualdade**. Desejamos construir uma Feira de Santana justa, que busque a acessibilidade e a inclusão social, eliminando de suas práticas sociais o racismo, o sexismo, a homofobia e discriminação. Defendemos uma sociedade em que mulheres e homens possam desenvolver suas potencialidades igualmente; uma cidade onde as mulheres, especialmente as mulheres negras, tenham melhores opções sociais e condições de vida. Acreditamos que a exploração capitalista, em uma sociedade que teve séculos de escravidão negra institucionalizada e dominação patriarcal, é ainda mais agressiva sobre as características de raça e de gênero dos indivíduos, sendo por isso prioritária uma política ativa de combate aos problemas raciais, de gênero e sexualidade existentes na sociedade feirense, por meio do estímulo público à diversidade e à transformação de padrões de comportamento, inclusive desencorajando a violência e as soluções egocêntricas para os problemas sociais.

Dessa forma, um desafio central de um governo de socialistas em contexto de um Estado capitalista é constituir uma nova vontade popular através de um conjunto de medidas transversais que dialogue, dê visibilidade e mobilize um conjunto de setores sociais que habitualmente não se identificam com a política institucional. Assim, é fundamental reconhecer que o sujeito ativo de uma nova política municipal que almejamos, o povo, é diverso, ou seja, possui identidades que vão muito além daquelas de “morador” ou de “trabalhador”.

A realidade de Feira de Santana é constituída através das relações capitalistas contemporâneas; portanto, todas as contradições desse modo de sociabilidade se expressam de diversas formas no cotidiano do seu povo. Mesmo a exploração sobre

o trabalho, em um município na periferia da economia de um país dependente, ganha contornos específicos evidenciados na grande presença do trabalho informal, trabalho precário e outras características da superexploração. Associado a isso, o PSOL compreende que os traços históricos que condicionam essas contradições também deixam outras marcas como o racismo, o machismo e a homofobia; formas de opressão que se sustentam através do legado cultural eurocêntrico e patriarcal resultado de séculos de dominação colonial.

Nesse sentido, é essencial a uma gestão democrática e popular reconhecer as raízes históricas que fazem com que a ocupação dos postos de trabalho mais precários não seja uma condição natural da mulher ou do negro na sociedade – compreensão básica para uma política efetiva de igualdade. No caso das mulheres, responsáveis historicamente pelo trabalho doméstico, a inserção em outros postos de trabalho nos últimos anos tem lhes dado novas tarefas, em muitos casos implicando em lidar com uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. Esse problema se aprofunda no caso das mulheres negras, que em sua grande maioria trabalha na informalidade precária. Por outro lado, se soma a esse cenário a violência contra a mulher, cuja realidade é a estatística de um assassinato a cada duas horas no Brasil. A falta de políticas públicas ligadas à saúde da mulher e de educação sexual também causam graves problemas, principalmente quando se fala na questão do aborto, onde o mau atendimento é responsável por centenas de mortes de mulheres.

Por todas essas razões, defender, desde esta Apresentação, políticas públicas que dialoguem com as necessidades do cotidiano dessas mulheres trabalhadoras se faz extremamente necessário: creches públicas, as quais não chegam atender hoje nem um quinto das crianças de até três anos em todo o país; um sistema de denúncia de violência contra a mulher e amparo institucional que tenha efetividade; e uma política de saúde da mulher que funcione são pontos fundamentais para a construção da nova Feira de Santana que queremos.

Além disso, as dezenas de mortos todos os meses nas periferias do município evidenciam que Feira não foge ao recorte classista e racial desse massacre que vem acontecendo em função, especialmente, da ausência de políticas públicas que promovam alternativas para a juventude. Esse processo tem jogado cada vez mais jovens da periferia, notadamente negros, em um caminho sem volta de embate direto com a repressão de Estado, materializada na homicida política de “segurança pública” atual. Desse modo, defendemos iniciativas que tragam perspectivas de longo prazo para essa juventude. Alternativas centradas em dimensões como trabalho, educação e cultura, bem como um modelo de segurança que contribua para cessar a “faxina étnica” que acontece atualmente.

Também é fundamental reverter o quadro histórico de omissão do poder público com outro grupo social “invisibilizado” em geral: os deficientes. Assim como as barreiras políticas e sociais impedem a participação mais ampla maioria da população nas decisões sobre a cidade, as barreiras físicas limitam o acesso de quem é deficiente aos mais diversos locais e serviços. O município nunca teve uma política sistemática de inclusão, que garantisse, de maneira permanente, que todas as outras políticas desenvolvidas incluíssem ações para concretizar o acesso de toda a população. É

necessário garantir o mais amplo acesso para todas as pessoas, independente de suas limitações, sejam elas temporários ou permanente, afinal o direito à cidade não admite “meia-cidadania”.

Por isso, em sintonia com as resoluções nacionais do PSOL, esses elementos não são uma questão específica, mas sim compromissos transversais de outra forma de gestão do município. Esses princípios atravessam a luta por uma Feira de Santana onde esteja garantido o exercício da participação política efetiva do povo, o acesso à moradia, ao atendimento de saúde sem humilhação e resolutiva, à educação pública e de qualidade, à cultura em suas diversas formas, entre outros direitos.

Este é um programa diferente. Ao invés de um emaranhado de obras, projetos e propostas que se apresentam pomposos e eloquentes e significam, no fundo, apenas um “mais do mesmo”, a oportunidade eleitoral é aqui aproveitada para travar, a partir da ação militante, amplo e radical combate político-ideológico: defesa de medidas de acordo com os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, a maioria absoluta da sociedade; proposta de participação popular direta que tensione e, inclusive, mostre os limites das instituições da democracia formal que temos; defesa intransigente de direitos que garantam a vivência das diferenças sem desigualdade; bem como intensa mobilização dos símbolos, valores e história dos explorados e oprimidos.

Contudo, considerando os limites institucionais e formas tradicionais de ingerência privada, essas e outras iniciativas da nova política a ser implantada pela gestão do PSOL só se sustentaram alicerçadas na ampliação radical da decisão popular sobre os rumos do município. O povo, mobilizado e organizado, deve passar de mero objeto e espectador, a sujeito do rumo político e da execução dos projetos da cidade, por meio de espaços democráticos variados e combinados: reuniões, conselhos populares, plenárias, assembleias, conferências, congressos, plebiscitos e referendos. A discussão de iniciativas dessa natureza conforma o primeiro Eixo 1 deste documento, **Controle social e Participação popular**.

Por sua vez, é através dessa superação prática da dicotomia entre participação popular e planejamento público que também abriremos caminho para outro modelo de desenvolvimento local. O modelo de expansão urbana feirense tem sido, pela dissociação de qualquer controle popular, produtor de intensa destruição ambiental, esvaziamento do campo, restrição da mobilidade da maioria da população e uso especulativo do espaço urbano. O enfrentamento amplo dessas problemáticas estruturais é o Eixo 2 deste programa de governo, **Território e Mobilidade**.

Para o PSOL também é uma prioridade reverter a lógica de um município que cresce centrado nas coisas e não na vida das pessoas. Priorizar as condições de vida do povo significa entender que os serviços públicos são o meio através do qual uma gestão democrática e popular concretiza os direitos sociais dos cidadãos e cidadãs. Portanto, a apresentação de proposições para a garantia de direitos básicos conforma o terceiro e último Eixo desta proposta de gestão, **Direitos e Vida**.

A divisão em três eixos, que evidentemente não esgotam o emaranhado de problemas feirenses, foi uma escolha de um método de exposição que procurou

agrupar as situações discutidas a partir da relação política entre os temas – priorizando, assim, atacar a raiz dos principais problemas. Também apresentamos um programa de governo despidido da habitual retórica de propaganda, comum em documentos similares das candidaturas tradicionais, uma vez que a abordagem de cada problema se atém a breve diagnóstico e imediata apresentação de proposta de resolução. Perdemos em generalidades, mas ganhamos em viabilidade e clareza, virtudes fundamentais a um documento feito para ser uma referência para as lutas sociais em Feira de Santana.

Por fim, dedicamos este programa de governo aos lutadores e lutadoras do povo que, em muitos casos no anonimato, têm resistido às formas de exploração e dominação que marcam Feira de Santana, município que já foi “cidade comercial”, “princesa do sertão”, “pólo industrial”, mas continua sendo cidade-encruzilhada a espera de um caminho que acolha bem seu próprio povo. Em especial, o dedicamos aos milhares de moradores e moradoras das inúmeras “invasões” feirenses, pessoas que construíram na prática do dia a dia outra Feira, símbolo concreto de que enquanto persistir a ordem do capital, sua injustiça social e autoritarismo político, seremos também uma inconformada Terra de Lucas!

Ousando lutar, venceremos!

Eixo 1

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR
Transparência e democracia direta

TRANSPARÊNCIA

Passar a limpo a administração, ampliar o controle social sobre a cidade

Para o PSOL, a inversão de prioridades que marca uma gestão democrática e popular começa com o empoderamento da maioria da população sobre os rumos do município e sobre a própria administração municipal. Para tanto, o primeiro passo incontornável é ampliar, de forma radical, a transparência do encaminhamento dado às questões públicas. Assim, uma efetiva política pública de transparência deve partir de uma explícita decisão do governo, ultrapassando a condição de mero “discurso” ou “intenção” através de transformações institucionais, legais, nos procedimentos e nas relações que paulatinamente modifiquem a administração pública. Feira de Santana caminha na contramão dessa perspectiva: é evidente o uso “cosmético” de programas de gestão e operação de sistemas de informação adquiridos mais em benefício privado dos fornecedores do que para usufruto público. Programas que são comprados com dinheiro público, mas que oferecem uma informatização precária, baseada em software proprietário e baixa funcionalidade para garantia de direitos, a exemplo da ausência de prontuários eletrônicos integrados na rede de saúde pública ou do caráter sumário do portal “Transparência Cidadã” do governo municipal.

Dessa forma, na gestão democrática e popular proposta pelo PSOL as tecnologias de informação não são apenas formalidades, mas um meio prioritário para colocar sob controle público o próprio funcionamento interno da administração municipal. Esse aspecto é central se considerado que os contratos firmados pelo poder público de Feira de Santana viabilizam relações precárias de trabalho, pagamentos de serviços e materiais em processos licitatórios nebulosos. Os exemplos mais evidentes são a ostensiva presença de falsas cooperativas no setor da Saúde e as sucessivas trocas de empresas responsáveis pela coleta de lixo em condições contratuais pouco claras. Nesse sentido, como parte das iniciativas para que a maioria da população recupere o controle sobre a história recente da administração de Feira, propomos um amplo processo de auditoria das contas públicas, dos contratos e licitações, esclarecendo a efetiva aplicação dos recursos e revisando os critérios e o cumprimento das respectivas contrapartidas dos prestadores de serviços. Essa iniciativa será consubstanciada na **(1) Auditoria Aberta em Rede**, portal virtual de publicação dos resultados cotidianos do processo de auditoria e onde a população poderá indicar abertamente indícios a serem investigados.

Na construção de um governo democrático e popular, é preciso dar acesso e condições de controle social sobre a aplicação dos recursos públicos. Como medida básica de possibilitar a participação popular, a transparência deve ser o centro das políticas públicas e, portanto, é fundamental a preocupação integral com o processo de democratização da informação. Nesse sentido, é importante possibilitar de modo articulado tanto o *acesso*, a possibilidade de consultar ou adquirir informações governamentais eletronicamente, quanto a *acessibilidade*, a facilidade com que qualquer cidadão pode fazer uso da possibilidade de consultar informações eletronicamente. Por isso, além dos mecanismos de acompanhamento fiscal estabelecidos em legislação específica, como na Lei Complementar 101 de 2000, é preciso aplicar o que prevê a Lei de Acesso a Informação, Lei 12527 de 2011: disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do município.

Dessa maneira, o PSOL defende a **(2) implantação da Transparência Orçamentária Municipal (TOM) na WEB**, programa progressivamente aperfeiçoado, baseado na disponibilidade pública e irrestrita das seguintes informações: **(i) dados do planejamento orçamentário; (ii) dados da execução orçamentária e financeira; (iii) dados de licitações e contratos com prestadores de serviços; (iv) dados de políticas públicas em andamento; e (v) dados simultâneos de obras em execução.** Em consonância com essa disponibilidade de informações, outra iniciativa complementar é a disponibilização pública de demonstrativos contábeis em um novo padrão através da **(3) adoção de notas explicativas**, com as informações importantes para entendimento do percurso que gerou a situação patrimonial descrita em linguagem que facilite o entendimento amplo, tanto dos próprios dirigentes e gestores financeiros quanto de pessoas não familiarizadas com os termos técnicos mais específicos. Ainda como parte do TOM, a aplicação dos princípios do *acesso* e da *acessibilidade* implica na promoção permanente de **(4) formação adequada à população para acesso e uso das informações de interesse público.** Essa iniciativa é complementada pela **(5) construção de pontos de acesso ou telecentros** (escolas, postos de saúde, organizações e entidades da sociedade civil, entre outros locais) – pressuposto também não contemplado na dita “revolução digital” da gestão Tarcízio Pimenta.

Mais que ampliar o controle popular sobre as contas da administração municipal, a proposição é radicalizar a possibilidade de controle da vida de Feira de Santana através da **(6) disponibilização pública de bases de dados ambientais, urbanísticos e sociais.** Essa proposição tem por objetivo, por um lado, estimular melhor compreensão da realidade local por parte da sociedade e, por outro lado, garantir informação a qualquer cidadão interessado em desenvolver softwares direcionados à resolução de problemas feirenses. Associada a esse processo, é essencial que o próprio uso das tecnologias de informação pela gestão expresse a dinâmica colaborativa que marca o mundo contemporâneo e a prioridade do público sobre o privado, ou seja, a **(7) substituição do uso irrestrito de software proprietário pela adoção generalizada do software livre** também faz parte da necessária “desprivatização” da prefeitura: o uso de dinheiro público para pagamento generalizado de licenciamento correspondeu apenas ao interesse das sucessivas gestões municipais e especialmente das empresas privadas responsáveis pelo “serviço”. Nesse caso, a medida também tem impacto de milhões de Reais na redução de gastos, possibilitando verbas para outras prioridades realmente ligadas às necessidades da maioria da população.

Obviamente, para que o povo assuma a cultura de monitoramento das políticas públicas, do orçamento e das finanças municipais, fortalecer os mecanismos de transparência e controle sobre a administração é o primeiro passo, demonstrando a disposição prática em estabelecer comunicação direta com a sociedade civil. É a transparência real da gestão o que dará densidade efetiva aos seus fóruns de formulação de políticas públicas, ao Congresso da Cidade, às assembleias, às conferências, aos conselhos temáticos e outros mecanismos de participação popular e controle social.

DEMOCRACIA DIRETA

Planejar Feira através do envolvimento direto do povo

A história política de Feira de Santana é marcada pela exclusão do povo da decisão dos rumos locais, conservando uma esfera pública “privatizada”. As últimas gestões, de José Ronaldo e Tarcízio Pimenta, agudizaram essa características antidemocráticas: todas as obras públicas de impacto e os principais projetos não passaram por qualquer deliberação popular. Aliás, se existiu um setor que foi consultado no município para a tomada de tais decisões foi a iniciativa privada. É em favor deste pequeno segmento que esses gestores têm atuado ao longo dos anos, como é perceptível na prestação de serviços de saúde, no transporte público, no ordenamento urbano, entre outros grandes problemas de Feira de Santana.

Especialmente, a ausência de um plano diretor democrático contribui (intencionalmente) para a forte segregação espacial no município e no crescimento centrado no benefício privado das empresas de transporte, construtoras, imobiliárias e prestadores de serviço. O preço pago pela maioria da população é aumento da desigualdade espacial, das contradições sociais, da degradação ambiental e da destruição do patrimônio cultural da cidade. Para mudar Feira de Santana pela raiz é preciso criar novos e radicalizar os velhos mecanismos institucionais de participação popular para inverter o eixo de prioridades do município, garantindo a ocupação igualitária de áreas centrais, o usufruto da infra-estrutura pública, a proteção ambiental e o acesso do povo aos serviços essenciais.

Assim, o problema da participação popular não se limita à elaboração de qualquer modo de um plano diretor para o município: o completo esvaziamento do poder decisório de fóruns e espaços de deliberação da sociedade civil previstos em lei foi a marca dos últimos doze anos, pois mesmo o que tem sido proposto nas Conferências e em outras instâncias públicas foi, via de regra, desconsiderado tanto por José Ronaldo quanto por Tarcízio Pimenta. Na verdade, desde a gestão de Chico Pinto, tragicamente interrompida pelo golpe civil-militar de 1964, não existe processo amplo de consulta pública para definir prioridades de investimento e orçamentárias do município. Isso permite tanto o privilégio dos interesses privados, notadamente de grupos empresariais e financiadores de campanha, quanto a separação entre as obras realizadas nos bairros e as necessidades da maioria da população. Mas, se estamos falando de dinheiro público, nada mais necessário do que a população participar das decisões sobre a sua utilização. Por isso uma gestão democrática e popular, necessariamente deve **(1) implantar o Orçamento Participativo**: através da participação direta da população e da escolha de seus representantes por bairro ou distrito político, as prioridades essenciais para os investimentos públicos nos bairros e comunidades rurais serão mais bem definidos. Ao viabilizar uma maneira de democracia direta, esse instrumento institucional serve para intensificar a mudança de rumos nas relações políticas e sociais do município.

O Orçamento Participativo, como política pública de gestão com participação popular, tem por objetivo inverter as prioridades há décadas estabelecidas: é um meio de mobilização política da população pobre e de transferência efetiva de recursos materiais para esse segmento do mundo do trabalho através dos investimentos públicos, além de limitador do alcance do clientelismo da “velha

política”, substituindo-o por fóruns nos quais a sociedade civil toma as principais decisões. Contudo, nas experiências recentes de outros municípios, salvo exceções, a maioria das decisões ainda se refere apenas aos investimentos e às obras públicas, bem como se limitaram a decidir sobre uma pequena parcela dos recursos arrecadados pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – apenas 10% em muitos casos. Assim, a proposição do PSOL é a superação desses limites por meio da **(2) radicalização do OP** seguindo as seguintes diretrizes: **(i) deliberação popular sobre 100% da arrecadação do IPTU;** **(ii) ampliação do controle social sobre o orçamento**, abrangendo outras receitas e as despesas da prefeitura, inclusive com discussão pública sobre o perfil dos gastos com pessoal e custeio; e **(iii) debate sobre os programas e as políticas a serem desenvolvidas pelo poder público municipal.**

Considerando essas diretrizes, para um Orçamento Participativo efetivo é necessário ainda ampliar a possibilidade de fiscalização, acompanhamento e definição de prioridades da execução orçamentária. Em consonância com as outras iniciativas da nossa política de fortalecimento do controle social, a internet é uma ferramenta importante nesse processo e, portanto, a nossa proposição para o **(3) uso da WEB no Orçamento Participativo** tem duas vertentes: **(i) o acompanhamento em tempo real do processo de aplicação dos recursos públicos nas obras e serviços;** e, especialmente, **(ii) a formação de fóruns eletrônicos permanentes de discussão de políticas públicas**, possibilitando ao cidadão indicar suas obras prioritárias e votar nas de sua preferência como formar de construir a pauta dos momentos presenciais de deliberação.

Não obstante, reverter o caráter antidemocrático que marca a história de Feira de Santana passa por possibilitar poder decisório real sem precedentes à maioria da população, articulando a implantação do Orçamento Participativo ao ordenamento territorial e planejamento das políticas setoriais. Dessa forma, é fundamental promover a decisão popular sobre *onde* e *em que* se gasta, mas é essencial também estimular o desenvolvimento de uma visão integrada e de longo prazo sobre os problemas do município. Os vários problemas estruturais de Feira que comprometem o direito à cidade e à vida, implicam que a nova vontade popular que impulsionará transformação local não pode se limitar a decidir “pontualmente” sobre o orçamento, onde e em que gastar, mas precisa construir uma visão estratégica sobre o conjunto do município voltada para o pleno desenvolvimento das pessoas na cidade e no campo.

Portanto, sem dúvida, nossa proposta busca construir uma nova esfera pública de decisão sobre os rumos de Feira. Para tanto, o PSOL considera prioritária a **(4) realização do Congresso da Cidade**. Esse Congresso busca a junção do planejamento estratégico democrático com o orçamento participativo, de modo a definir a agenda pública do município através da participação social, indo além das deliberações pontuais de onde gastar, envolvendo a maioria da população na construção efetiva do plano de governo e, assim, viabilizar a uma ação integrada das políticas e programas. Para realizar o Congresso da Cidade utilizaremos um zoneamento específico que agregue variáveis geográficas, populacionais e culturais. A proposição é que, em cada zona, as instâncias realizem o debate de base das propostas a serem levadas para o Congresso. Os temas de debate se articulam a

partir de Diretrizes Estratégicas e, dentro delas, as iniciativas relacionadas. Dessa maneira, o Congresso da Cidade é menos um evento do que um processo articulador de variadas iniciativas de participação popular: **(i) Oficinas e reuniões preparatórias**, momentos de apresentação de temáticas e sensibilização sobre o método de construção do Congresso; **(ii) Assembleias Zonais**, instâncias para definição das diretrizes e propostas de cada região administrativa do município; **(iii) Fóruns Municipais Temáticos**, etapa que inclui as eventuais Conferências setoriais já previstas em lei associadas a novos espaços temáticos que aprofundam as proposições advindas do debate de base; e, por fim, o próprio **(iv) Congresso da Cidade**, momento de aprofundamento dos temas discutidos ao longo do ano para decisão da política de investimento e diretrizes do desenvolvimento municipal. Nesse formato, o Congresso da Cidade integra, em um mesmo processo de participação popular, o ordenamento do desenvolvimento urbano, a definição das principais obras físicas a serem implementadas e o Plano de Investimentos Municipal a ser apresentado à Câmara de Vereadores.

A lógica de gestão instituída pela “velha política” dos sucessivos governos não somente engessou a máquina administrativa, tornando-a fechada à participação popular direta, mas reforçou a descrença social acerca das instituições públicas. Portanto, constituir uma nova vontade popular que sustenta o projeto de uma Feira igualitária é um processo social e institucional de médio e longo prazo que deve possibilitar a criação e adaptação das estruturas administrativas do poder público, no sentido de tornar viável a articulação da democracia representativa com formas amplas de democracia direta. Obviamente, para chegar à realização do Congresso da Cidade, bem como sua integração a outros instrumentos de participação, planejamento e deliberação popular, é fundamental que o povo reconheça no seu cotidiano os resultados materiais da sua presença na esfera pública de Feira. Tal posição do PSOL, entre outras coisas, implica na necessidade de radicalização do chamado orçamento participativo em direção à discussão e decisão popular sobre os aspectos públicos do município. É esse passo, sem dúvida, o principal meio de sustentação das outras iniciativas específicas da gestão.

Eixo 2
TERRITÓRIO E MOBILIDADE
Direito à cidade, meio ambiente, campo e transporte

DIREITO À CIDADE

Habitação e ordenamento territorial democrático

Com a sanção do Estatuto da Cidade, em 2001, a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) passou a ser obrigatória para as cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes. O Estatuto, resultante de um projeto de lei de iniciativa popular levado ao Congresso Nacional, representou uma grande conquista popular ao estabelecer a sua participação como condição fundamental para a elaboração do PDDU. Esse Plano deve ser o instrumento legal responsável pelo planejamento do crescimento urbano, estabelecendo normas e parâmetros para as construções e regulando a ocupação e uso do solo. Portanto, pode servir como impedimento a que a iniciativa privada disponha do espaço urbano, que é de todos, de forma privilegiada, através da especulação imobiliária ou de outras práticas que colocam o lucro acima das necessidades e prioridades da maioria da população. Mas, mais que isso, um PDDU democrático e popular possibilita a produção de um outro tipo de cidade pautada no interesse público, no usufruto coletivo do espaço e desenvolvimento em sintonia com o meio ambiente.

Em Feira de Santana, entretanto, essas possibilidades têm sido sendo largamente desconsideradas pelo poder público. No ano de 2006, o então prefeito José Ronaldo de Carvalho autoritariamente tentou impor um PDDU, elaborado exclusivamente por uma consultoria privada, descumprindo os principais requisitos legais de participação popular. Graças à mobilização de parte da sociedade civil local, felizmente, esse simulacro de Plano Diretor nunca foi aprovado não tendo força de lei. Contudo, a ausência de um marco regulatório democrático para a expansão urbana feirense manteve as decisões acerca da infra-estrutura municipal fora do alcance de um controle social mais amplo. O resultado, mais evidente, é adoção de medidas equivocadas do ponto de vista urbanístico por razões eleitoreiras. O exemplo mais explícito dessa política foi a construção dos propagandeados “viadutos” no apagar das luzes do segundo mandato de José Ronaldo. A população nunca foi consultada sobre prioridade da realização dessas obras, que comprometeram o orçamento do município com uma dívida de 22 milhões de reais a ser paga pela sociedade feirense. Enquanto isso, no Conjunto Feira X, dezenas de famílias permaneciam desabrigadas em função das chuvas daquele ano, sem que nenhum real fosse direcionado para reconstrução de suas casas, apesar de todos os apelos e mobilização da comunidade.

Ainda mais grave, a ausência de um PDDU tem sido utilizada, na gestão Tarcízio Pimenta, pelas imobiliárias, incorporadoras e empreiteiras para aplicação da política do “fato consumado” sobre a sociedade, ou seja, o “vácuo” legal permitiu que a iniciativa privada se tornasse a grande definidora dos rumos de Feira. Inclusive, o dito “vetor de crescimento” da cidade foi definido nesse contexto: um pequeníssimo grupo de pessoas modelou, de acordo com intenção de lucro, a expansão da malha urbana do município, resultando em um padrão excludente – de um lado, a proliferação dos condomínios fechados; de outro, a periferização dos mais pobres devido à especulação imobiliária. Forma de crescimento que aprofundou, ainda mais, a ausência histórica de espaços públicos reservados ao usufruto da cidade e manteve intocada a ocupação precária de inúmeras lagoas do município.

Em função das razões expostas acima, o PSOL propõe, como medida prioritária, o diálogo amplo com a sociedade civil no âmbito do Congresso da Cidade, para **(1) construção de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Democrático e Popular**. Entendemos que “habitar” o espaço urbano vai além de morar nele: mais do que a garantia de moradia, é necessária a promoção pública de diretrizes e metas que garantam o direito à cidade para maioria da população. Em uma gestão democrática e popular, essa dimensão da cidadania é articulada através de uma série de dispositivos relativos ao PDDU. Em primeiro lugar, é essencial a previsão legal da **(2) descentralização da infra-estrutura de serviços públicos e privados**, uma vez que a hiperconcentração no Centro implica em problemas viários e, em especial, dificulta o acesso igualitário a direitos sociais atendidos por esses serviços. O objetivo é estimular, através da indução pelo investimento público, a relativa autonomia das zonas urbanas em relação ao Centro, função já exercida de modo assistemático por localidades como Tomba, Gabriela e Cidade Nova. Essa política de democratização espacial dos direitos deve ser complementada, simultaneamente, por iniciativas que garantam a melhor ocupação das áreas já dotadas de infra-estrutura. É assim que o PSOL defende a **(3) definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ambientais e para habitação popular**, reserva legal de espaço dentro do município, definida segundo interesses coletivos, voltada para a provisão de habitação integrada à infra-estrutura de serviços públicos e parques verdes por zona urbana.

Em especial a ZEIS habitacional é uma contraposição ao modelo de localização do programa *Minha Casa Minha Vida*, baseado na definição dos proponentes privados dos empreendimentos. Como a lógica que predomina é a redução dos custos de aquisição de terras, as empresas optam por áreas baratas e, geralmente, desprovidas de escolas, postos de saúde, ônibus, praças e outros equipamentos públicos. Em um município cujo déficit habitacional atinge pelo menos 80.000 pessoas, a ampla maioria de empreendimentos conclusos ou em curso na cidade não suprirão essa demanda, pois a maior parte deles é voltada para as famílias com renda entre 03 e 10 salários mínimos. Enquanto isso, a parcela da população que recebe de 0 a 03 salários mínimos, e concentra mais de 60% da necessidade de moradia no município, continua no entorno de áreas ambientalmente frágeis, com pouca ou nenhuma infra-estrutura. Como se não bastasse os defeitos estruturais, a mídia local divulgou inúmeros indícios do uso clientelista do programa pela gestão Tarcízio Pimenta, especialmente no tocante à listagem dos contemplados. Propomos, por isso, a **(4) realização de auditoria das listas de beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida**, no sentido de investigar as denúncias de acesso privilegiado ao programa e assegurar a destinação real aos mais necessitados.

A inexistência, desde os anos 1990, de uma política de habitação popular no município foi o que provocou o adensamento populacional no entorno de lagoas e as margens de riachos, a viver em barracos e em condições insalubres. Portanto, o enfrentamento responsável dessa demanda, aliado ao compromisso real com o bem estar das pessoas, é central para o PSOL a **(5) reformulação do Plano Municipal de Habitação**, só recentemente aprovado, transformando-o em instrumento para **(i) localização integrada à malha urbana consolidada dos empreendimentos habitacionais oriundos de recursos públicos**, bem como **(ii) atendimento**

prioritário da população residente em áreas ambientalmente vulneráveis e (iii) definição fundo de financiamento municipal da habitação popular através de “mutirões de construção”.

Em Feira, como na maioria dos centros urbanos do Brasil, a resolução do déficit habitacional é diretamente ligada ao combate à especulação imobiliária, que retém terrenos ociosos em áreas privilegiadas do ponto de vista da infra-estrutura de serviços ou de amplo interesse social, empurrando os mais pobres para as áreas mais desestruturadas e vulneráveis a problemas ambientais. No âmbito de um PDDU democrático e popular, é preciso **(6) definição rigorosa e operacional da função social da propriedade**, que facilite a desapropriação para interesse público de áreas particulares comprovadamente ociosas; **(7) instituir o IPTU progressivo efetivo**, que permita o aumento do valor do imposto para grandes propriedades que não cumpram sua função social, em razão do tempo que o terreno permanecer ocioso; e **(8) instituir a Contribuição de Melhoria** para grandes propriedades cuja realização de obras de infra-estrutura por parte do poder público tenha elevado o valor de revenda, garantido a reversão ao erário público da mais valia social comumente apropriada pelos interesses privados.

Para além das questões locais, o planejamento urbano adquire ainda mais centralidade no contexto em que a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) foi criada, por meio da Lei Complementar 35 de 2011, mas nenhuma das medidas institucionais que poderiam possibilitar melhorias para a maioria da população foi encaminhada. Tanto mais, o governo Wagner ainda não regulamentou o funcionamento da RMFS ou Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Feira de Santana previsto na própria lei que a instituiu.

Efetivamente, em boa parte das regiões metropolitanas brasileiras o processo de definição legal não correspondeu a uma genuína metropolização, mas abriu maior ou menor possibilidade de discussão ampla sobre a infra-estrutura de serviços públicos importantes como transporte, saúde, segurança, saneamento, gestão de resíduos, dentre outros. Nesse sentido, indiscutivelmente, a participação da sociedade civil é o elemento capaz de transformar a relação institucionalizada entre os municípios em uma gestão democrática das funções públicas de interesse comum entre Feira de Santana, São Gonçalo, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira e Tanquinho. Dessa forma, a problemática da RMFS não pode ser vista como uma questão apenas para os “técnicos” ou para os “políticos”, inclusive porque a superação das lacunas na legislação estadual demanda um esforço conjunto das populações dos municípios envolvidos. Não obstante, pela importância relativa, especialmente o município de Feira de Santana que deve pautar as inovações institucionais necessárias. Assim, defendemos como iniciativa prioritária da gestão democrática e popular o **(9) diálogo interinstitucional com os outros municípios para concretizar a RMFS enquanto instância integração de serviços para ampliar a promoção de direitos à população**. Essa iniciativa se materializará em quatro medidas complementares: **(i) a definição pública das funções de interesse comum**, possibilitando clareza quanto às vantagens da integração; **(ii) a definição conjunta do arranjo institucional de gestão desses interesses**, de modo a garantir que a forma adotada permita controle social e participação popular; **(iii) a criação de conselhos temáticos**

específicos, responsáveis pela elaboração das propostas setoriais para integração de serviços e fiscalização da sua execução; e, por fim, **(iv) a constituição do fundo metropolitano**, instrumento para financiamento e investimento em projetos de interesse comum da RMFS.

MEIO AMBIENTE

Política ambiental, saneamento e abastecimento de água

A origem de Feira de Santana remonta a um pequeno povoado, pouso de vaqueiros que tangiam seus rebanhos até a região, pois aqui era lugar com água disponível e abundante antes de entrar no sertão profundo. Esta era a Santana dos “Olhos D’água”, cravada em meio a mais de uma centena de lagoas, entre permanentes e temporárias, que eram verdadeiras dádivas para a cidade que nascia. Situada num platô que divide o litoral úmido do interior semi-árido, Feira de Santana tem a capacidade receber, armazenar e distribuir a água das temporadas de chuvas para todo o interior do estado; explicação para a presença de tanta água no município tão próximo do semi-árido e que a torna fundamental para a dinâmica hídrica de uma vasta região da Bahia. Dessa forma, por razões culturais e ambientais, entendemos que as lagoas do município deveriam ser cuidadas e preservadas. Entretanto, pelo contrário, o modelo de desenvolvimento local produziu intensa destruição das lagoas, nascentes e rios do município.

O Ponto Central se expandiu em cima da Lagoa Central. Uma das nascentes do rio Subaé foi asfaltada sob a Rua Pedro Suzart, na Brasília, e agora mina diretamente para dentro de uma boca de lobo, servindo para diluir o esgoto das imediações. A Lagoa do Prato Raso, na Queimadinha e Baraúnas, foi completamente desfigurada pela ocupação precária do povo carente de política habitacional municipal, por obras públicas e por empreendimentos privados. O antigo Riacho Principal, na atual Avenida do Canal, tornou-se uma grande vala de esgoto a céu aberto. A própria implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) desconsiderou deliberadamente os impactos ambientais que um pólo de tal dimensão representaria para a região e, hoje, contamina inclusive com metais pesados o solo e a água subterrânea da área onde foi implantado.

Ante esses e outros exemplos, historicamente o poder público municipal nunca zelou pelos mananciais locais, transformando-os em parques públicos ou construindo infra-estrutura de proteção que harmonizasse sua preservação com a dinâmica urbana do entorno. Na ausência de um PDDU democrático que ordenasse o crescimento da cidade considerando o médio e longo prazo, bairros inteiros avançaram não só sobre as lagoas, mas também sobre as margens de rios, transformados em valas e canais, quando não em esgotos a céu aberto pela falta de estrutura de saneamento.

Assim, o “progresso” engoliu os olhos d’água: Feira de Santana cresceu consumindo seus rios e lagoas, aterrando-os, jogando neles os seus dejetos, cimentando suas fontes e nascentes, apagando parte da memória do surgimento da cidade e roubando o direito das novas gerações à melhores condições ambientais. Diante dessa situação, o discurso habitual reproduzido pela mídia e poder municipal é a

culpabilização dos pobres que se estabelecem às margens dos mananciais e aí constroem as suas casas. Para o PSOL essa perspectiva é equivocada, tanto porque criminaliza a pobreza e desconsidera as razões estruturais que obrigam essa parcela da população a recorrer a áreas ambientalmente inseguras. Afinal, é o próprio povo que sofre com alagamentos constantes, além da proliferação de insetos e doenças. A desigualdade fundiária e o déficit habitacional, associado à incipiente promoção pública da habitação, estruturaram esse cenário de degradação ambiental. Assim como as lagoas, os direitos das pessoas no seu entorno também permaneceram invisíveis para os sucessivos governantes. Em contrapartida, a convivência pública com presença de empreendimentos privados sobre mananciais é generalizada: condomínios, supermercados, indústrias e outras edificações de grande porte sobre lagoas são frequentes na paisagem urbana feirense. Pela óbvia convergência de interesses, a mídia e os partidos da “velha política” silenciam sobre esses crimes ambientais. O modelo de desenvolvimento que marca Feira, para privilégio de uma minoria, ao reproduzir a lógica da destruição da natureza como preço do “progresso”, gerou uma situação provavelmente irreversível em algumas áreas da cidade, como o caso do Prato Raso.

Considerando esse quadro, o PSOL avalia que o primeiro compromisso de uma gestão democrática e popular é tornar a situação dos mananciais do município uma questão pública, ou seja, ampliar o conhecimento do próprio poder público e da sociedade acerca do problema. Dessa forma, propomos a **(1) criação do Observatório das Lagoas e Nascentes**, instituto público com as atribuições permanentes de **(i) produção de dados** que permitam diagnosticar e acompanhar a situação desses corpos d’água, **(ii) fomento da memória** acerca dos olhos d’água como forma de resgate da história local e sensibilização da população para a preservação e **(iii) elaboração de alternativas técnicas** para recuperação de áreas degradadas. Além disso, considerando a pressão da dinâmica urbana, a preservação das lagoas e nascentes só é possível através de uma política ativa de definição e isolamento relativo dos espelhos e cursos d’água. Assim, dentro da ZEIS Ambiental proposta para o PDDU, defendemos a **(2) delimitação com equipamentos públicos de lazer das áreas de lagoas integradas à malha urbana**, tanto como medida de proteção efetiva quanto como iniciativa ante o problema da falta de áreas verdes no município. Dessa maneira, o PSOL entende que Feira de Santana só voltará a ser conhecida como “Círculo das Águas” se também se tornar uma “cidade-parque”. Além dessas iniciativas, como forma do poder público estimular a preservação dos recursos hídricos locais e regionais, uma iniciativa complementar é implantação do **(3) Programa de Combate à Poluição e Desperdício das Águas**, instrumento de gestão para a fiscalização da disposição do esgoto no município; para a educação ambiental; e, em especial, estímulo público à adoção de tecnologias para reciclagem de óleo de cozinha. Em particular, essa última dimensão do programa é uma medida simples para a redução da poluição nas águas despejadas por Feira de Santana no Rio Jacuípe, destino final do esgoto doméstico do município.

Por sua vez, a questão hídrica em Feira remete também à política de abastecimento de água no município, inclusive porque a presença da água encanada contribuiu para que a sociedade minimizasse a importância das lagoas. Assim, atualmente 84,6% da população de Feira de Santana é abastecida pela Empresa Baiana de

Águas e Saneamento (Embasa), mas a qualidade do serviço não acompanha esses números, sendo constantes as interrupções no fornecimento, sobretudo nas periferias e na zona norte do município. No entanto, ao contrário do que essa situação possa sugerir, a falta d'água nas torneiras não significa que realmente não haja água disponível para a maioria da população: pelo contrário, se deve, antes, à estrutura precária de distribuição e à necessidade de realizar diariamente “manobras” na rede devido a problemas estruturais que ela apresenta.

Isso demonstra o quanto o sistema de abastecimento de água no município encontra-se defasado e não consegue acompanhar o seu ritmo, cada vez mais, rápido de crescimento. Como solução para o problema, a Embasa planeja aumentar a tarifa em até 33% até o ano de 2014, visando arrecadar recursos para a realização das obras necessárias à infra-estrutura, repassando para o usuário o que deveria ser obrigação do estado. O governo Wagner intensificou essa lógica mercantil de trato do direito do povo, pois reduziu os investimentos diretos em infra-estrutura sanitária obrigando a Embasa se financiar através do aumento crescente da tarifa. Sendo uma concessão pública, o governo estadual, como acionista majoritário da Empresa, deveria oferecer como contrapartida a qualidade do serviço prestado. No entanto, o governo não tem arcado com a sua obrigação, combinando tarifas cada vez mais altas com interrupções frequentes do fornecimento de água à população feirense. Considerando que a data de concessão expira em 2014, podendo ser renovada ou não, o PSOL propõe como tarefa inicial de gestão a **(4) definição pública das contrapartidas sociais da concessão feita à Embasa**, possibilitando que a maioria da sociedade localize os principais problemas e decida as prioridades a serem atendidas pela Empresa como condições para continuidade da sua prestação de serviço ao município.

Por outro lado, as dificuldades de abastecimento de água em Feira também são advindas do tipo de expansão urbana sem planejamento democrático, onde o interesse privado de curto prazo se sobrepõe às necessidades sociais de médio e longo prazo. O crescimento desenfreado, sem diretrizes públicas de ordenamento territorial, implica necessariamente em problemas com a infra-estrutura urbana, já que se trata de custear a permanente extensão de água, esgoto, energia, dentre outros aspectos, para áreas não previstas. Como os custos desse processo recaem sobre o povo, é vital desestimular esse tipo de expansão urbana por meio da **(5) vinculação, no PDDU, da expansão da malha urbana à oferta de infra-estrutura urbana**, evitando que a maioria da população seja penalizada pela existência de “vetores de crescimento” que interessam somente às empreiteiras, imobiliárias e incorporadoras. Além disso, é necessário que o município tenha autonomia operacional para sanar as carências específicas da realidade local que não cobertas pelo atual sistema de abastecimento. Por isso, propomos, ainda, a **(6) criação de um Departamento Municipal de Abastecimento e Saneamento**, visando o atendimento às áreas rurais ou ambientalmente vulneráveis, locais onde os serviços da Embasa não chegam ou as condições ambientais exigem soluções fora dos padrões da empresa estadual.

Todavia, ao invés de promover iniciativas desse tipo, a gestão Tarcízio Pimenta encaminhou e aprovou na Câmara de Vereadores uma lei de Parceria Público Privada (PPP), que deveria, a princípio, regular apenas o serviço de coleta e

destinação do lixo da cidade. No entanto, sem qualquer transparência, cláusulas referentes ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário foram inseridas na última hora. Na prática, a Lei Complementar 057, setembro de 2011, possibilita a privatização desses serviços essenciais. Por entender que a água é um bem público, essencial à vida humana e que não pode ser submetida à lógica exclusiva de lucro, o PSOL defende a **(7) revogação imediata da Lei Complementar 057 de 2011.**

Por outro lado, a questão dos resíduos sólidos em Feira de Santana também é crucial no debate local sobre políticas voltadas para o meio ambiente, pois o serviço de coleta e destinação do lixo da cidade não contempla diversas iniciativas importantes para melhorar essa área. O aterro da cidade não opera seguindo as especificações técnicas de qualidade ambiental, bem como não há nenhuma iniciativa pública sistemática e ampla de incentivo à reciclagem ou reaproveitamento de materiais. Além disso, a administração municipal se viu envolvida em escândalos amplamente divulgados pela mídia local, com rompimento de contratos e suspeitas de fraudes em licitações de empresas de coleta de lixo, cujas consequências recaíram sobre a maioria da população, que sofreu com a irregularidade nos serviços de coleta durante os últimos meses. Também nesse caso, a posição do PSOL é o esclarecimento da situação através da **(8) revisão do contrato de serviço da coleta e destinação do lixo.**

É evidente que o consumismo próprio ao capitalismo produz resíduo e destruição ambiental de forma sem precedentes, mas isso não significa a impossibilidade da ação pública estimular outros padrões de relação com a natureza, a começar pelo lixo. O poder público municipal pode fazer bem mais que a simplória coleta de lixo e esconder os seus resíduos sólidos em algum lugar longe das vistas da população. Dessa maneira, o PSOL defende articular iniciativas de educação ambiental, coleta seletiva, logística reversa e destinação final sustentável dos resíduos através da **(9) elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12305 de 2010. Compreendemos também, como obra estruturante da nova política de gestão de resíduos, a **(10) transformação do aterro sanitário da cidade em um centro de reciclagem e produção de energia**, medida para transformar um espaço tradicionalmente à margem em lugar produtivo para a sociedade e propício à educação ambiental. Essa iniciativa será associada à criação de um **(11) Programa de Cooperativização de Catadores de Materiais Recicláveis**, no âmbito das iniciativas de fortalecimento da Economia Popular do município, como forma de organizar a rede de trabalhadores e trabalhadoras que já fazem essa atividade, mas a desempenham essa importante função em condições de trabalho precárias e sem vinculação com objetivos de transformação da realidade ambiental de Feira de Santana.

CAMPO

Fortalecer a produção local como estratégia de desenvolvimento municipal

O PSOL acredita, ao contrário do discurso midiático tradicional, que a vida sofrida imposta à nossa população rural seja resultante mais da falta de políticas voltadas

para o atendimento de suas necessidades do que fruto das características climáticas da região de Feira de Santana. A falta de uma política municipal efetiva de estímulo da produção rural faz com que a “roça” seja cada vez menos atrativa: sem condições de oferecer seus produtos a preços competitivos no comércio municipal, os trabalhadores e trabalhadoras do campo não vêm outra alternativa senão abandonar suas atividades produtivas. Tanto mais, são cada vez mais frequentes os casos de pessoas que, vivendo na zona rural, trabalham na cidade e retornam para casa apenas para dormir, nada produzindo, ou antes, nada podendo produzir. Assim, culturas tradicionais da região, como o milho, o feijão e a mandioca, estão sendo abandonadas, e junto com elas, perdem-se também a memória e os saberes populares associados à lida com a terra e à convivência com o semi-árido.

Mesmo diante de um quadro tão alarmante, as ações municipais voltadas para o campo historicamente têm se mostrado localizadas e insuficientes, a exemplo da demora na distribuição de sementes, bem como a desorganização no recebimento da ajuda financeira durante a mais recente seca – o auxílio da gestão Tarcízio Pimenta só veio quando a situação era de calamidade. Isso evidencia o quanto as iniciativas de atendimento a essa parcela da população são pontuais e fortemente marcadas pelo assistencialismo, o que favorece o clientelismo através da manutenção das pessoas em estado constante de necessidade e pauperização.

Dessa forma, considerando que numa gestão democrática e popular a revitalização da produção camponesa no município é tarefa central, o PSOL propõe a criação de um **(1) Plano Integral de Recuperação da Agricultura Camponesa**. O plano deverá contemplar a **(i) criação de um Departamento de Assistência Técnica** ligado à prefeitura, cuja equipe trabalhará orientada pelo diálogo com as famílias da zona rural, observando suas reais necessidades e elaborando propostas voltadas para a realidade social, tecnológica e ambiental local. A diretriz do trabalho do Departamento será **(ii) a orientação por princípios agroecológicos**, buscando a prática de uma agricultura que respeite as características ambientais da região e não degrade o meio ambiente, conservando os recursos como a água e o solo. Outra medida é a implantação nas próprias localidades rurais de **(iii) Bancos Comunitários de Sementes**, instrumento público de oferta e armazenamento de sementes “crioulas”. Essas são sementes de uso tradicional, selecionadas ao longo de várias gerações pelas populações do campo, de alta variabilidade genética e, consequentemente, com maior resistência a pragas e voltadas para plantio livre do uso de agrotóxicos. O objetivo é a garantia da autonomia das comunidades sobre a administração dos estoques de sementes, não necessitando esperar pela distribuição anual do governo, além de promover uma safra mais sadia, para o meio ambiente e para a população. O Plano prevê, ainda, a atuação da prefeitura na **(iv) articulação técnica de linhas de crédito e financiamentos para as famílias da zona rural** do município, junto a bancos e outros agentes financeiros.

A efetivação do Plano proposto visa responder ao quadro de esvaziamento produtivo do campo feirense. No entanto, a revitalização da produção exigirá mecanismos para escoamento da mesma no mercado local, uma vez que este é um dos pontos críticos enfrentados pela população rural atualmente. A extinção da grande feira livre do Centro da cidade em 1977, seguida do deslocamento das feirantes para o atual Centro de Abastecimento, trouxe, por um lado, a articulação do município aos

circuitos regionais e nacionais de abastecimento, possibilitando o acesso da população a artigos diversos não produzidos localmente. No entanto, o afluxo de produtos vindos de outras regiões do país, com preços mais baixos, aliada à falta de suporte para que os trabalhadores locais também pudessem comercializar em condições de igualdade no Centro, se converteu numa relação desvantajosa para o pequeno produtor feirense e também dos municípios vizinhos, que escoavam sua produção agrícola em Feira de Santana.

Em vista disso, de modo integrado com o Plano de Recuperação, propomos a elaboração de um **(2) Programa de Articulação da Produção Camponesa ao Abastecimento Urbano**, que deverá garantir a inserção da produção agrícola local no Centro de Abastecimento e, em especial nas feiras livres, ampliando fortalecendo a economia popular local ante a produção externa ao município e ainda possibilitando provisão mais barata de gêneros alimentícios para a população urbana. Ainda em consonância com o Programa, propõe-se a através da prefeitura a **(3) ampliar a aquisição de parcela da produção local para abastecimento das escolas e creches municipais**, garantindo aos produtores um mercado consumidor estável. Como contrapartida social, as crianças terão acesso a uma merenda escolar saudável e livre de contaminação por agroquímicos.

Na busca pela melhoria da qualidade de vida da população camponesa, que é a busca pela própria manutenção do espaço rural do município, é fundamental considerar o avanço da malha urbana sobre a zona rural, fenômeno que pressiona a venda de terrenos e ocupação desordenada áreas naturais, como é o caso das imediações da Lagoa do Berreca. Diante disso, é necessária a **(4) revisão dos critérios de classificação das áreas de cobrança de IPTU**, no sentido de definir melhor os limites das zonas urbanas e rurais do município, o que facilitaria a elaboração das políticas públicas e permitiria ao poder municipal um melhor planejamento do desenvolvimento local. Outra medida fundiária defendida pelo PSOL é, no bojo do PDDU, a **(5) criação de ZEIS Agrícola**, resguardando áreas prioritárias para a produção agrícola municipal.

Não obstante as iniciativas econômicas e fundiárias, uma proposta de fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo não pode desconsiderar que as duras condições de vida rural em Feira têm motivado a desvalorização cultural do campo, especialmente entre a juventude. Assim, é importante considerar a necessidade de uma iniciativa cultural como parte do processo de revitalização do campo: como parte de um novo modelo educacional, propomos a radical **(6) adequação à realidade do campo do projeto político-pedagógico das escolas localizadas na zona rural**, ampliando as possibilidades de valorização dos modos de vida do campo e da cultura popular tradicional da região, bem como construção, nas novas gerações, do sentido positivo do vínculo com a terra.

TRANSPORTE

Uma cidade em movimento: democratizar o direito de ir e vir em Feira

Com o crescimento acelerado dos centros urbanos brasileiros nos últimos anos, a população vivencia o agravamento de um problema típico do padrão de crescimento

das cidades no Brasil: as dificuldades enfrentadas para se deslocar dentro da própria cidade em se vive. Assim é que a temática da mobilidade urbana tem ganhado cada vez mais força, associada às reivindicações por melhorias na qualidade de vida e às questões ambientais. Entendemos que a mobilidade urbana como o conjunto das condições necessárias para que as pessoas se desloquem dentro das cidades de forma fácil e eficiente, independente do tipo de veículo utilizado. Tais condições, entretanto, ainda são raramente encontradas, principalmente porque nossas cidades tendem a crescer de forma rápida e desigual, numa dinâmica em que a falta da infra-estrutura é agudizada pelo privilégio concedido às “soluções” individuais de circulação.

Em Feira de Santana, a situação evidencia uma cidade pensada apenas para quem se desloca usando carro, mas onde nem mesmo essas pessoas conseguem trânsito eficiente, tanto porque as vias apresentam problemas de sinalização e de conservação quanto porque a opção motorizada individual é inviável como solução de mobilidade urbana, o que é evidente em cidades como Salvador ou São Paulo. Obviamente, até pela força histórica da “cultura do automóvel” em nosso país e o estímulo governamental irresponsável ao crescimento da frota, há significativa pressão social, inclusive através da mídia local, para promoção pública de obras que ampliem a malha viária municipal. Iniciativas que duram pouco, pelo próprio caráter equivocado, e deixam na população a impressão de que o dinheiro dos seus impostos foi desperdiçado, já que as ruas recentemente asfaltadas voltam a esburacar com a chuva seguinte ou são incapazes de conter os crescentes engarrafamentos. Tais gastos podem ser evitados apenas se prioridade de uma gestão municipal for a qualidade e eficiência do transporte coletivo público, como defende o PSOL.

Sob essa perspectiva, a situação feirense é ainda pior quando consideramos o dito Sistema Integrado de Transporte (SIT) do município. A frota é pequena para atender à demanda da maioria da população, e ainda é reduzida nos feriados e fins de semana, configurando mais um obstáculo para o acesso democrático ao lazer e aos bens culturais. Na prática, é como se as pessoas não tivessem o direito de circular por Feira de Santana, a menos que seja para trabalhar ou comprar nos dias úteis. Tarifa alta, atrasos, ônibus velhos, linhas precárias na periferia e comunidades rurais, mau atendimento, pontos de ônibus sem estrutura e pouca informação disponível sobre os horários das linhas são alguns dos problemas mais evidentes do serviço. Além disso, as ações voltadas para acessibilidade no sistema, como elevadores nos ônibus, são insuficientes e funcionam de forma inadequada.

É claro que o sucateamento do transporte público feirense expressa o quanto o bem estar do povo vem sendo negligenciado pelo poder público local, notadamente as gestões José Ronaldo e Tarcízio Pimenta, em favor dos interesses do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano (SINCOL). Na contramão dessa situação, entendemos a política de transporte como requisito básico da construção de um ambiente urbano e rural acessível à maioria da população. Dessa maneira, como iniciativa imediata, o PSOL propõe um plano emergencial de inversão de rumos: antes de tudo, é necessário desarticular a ação abusiva e desregrada do SINCOL, através da **(1) revisão dos termos da concessão pública**, exigindo das empresas concessionárias o cumprimento das contrapartidas sociais previstas. Por um lado,

essa ação imediata implica na **(i) determinação da ampliação da frota até o dobro do número atual**, ou seja, de aproximadamente 180 para perto de 400 ônibus, baseada na proporcionalidade de Aracaju (município de porte semelhante); e, por outro, a **(ii) determinação da ampliação do horário de funcionamento dos ônibus**, contemplando as necessidades contemporâneas da vida cultural e dinâmica noturna da cidade.

Ainda como medida emergencial de democratização do transporte público, é essencial baratear a tarifa, como meio de ampliar o acesso social ao sistema de transporte. O preço da tarifa é extremamente alto, R\$ 2,50, e incompatível como a péssima qualidade do serviço prestado. A planilha que “justifica” essa quantia abusiva já foi diversas vezes questionada por movimentos sociais, seja pelos custos injustificados, seja pela falta de transparência nos dados apresentados, ou simplesmente pela identificação de erros de cálculo que sempre elevam as cifras apresentadas. No entanto, nenhuma providência foi tomada por parte da prefeitura, desrespeitando inclusive o princípio da “modicidade tarifária” previsto na própria legislação municipal. Tanto a gestão José Ronaldo quanto a de Tarcízio Pimenta não demonstraram qualquer vontade política de apurar as denúncias, e nem sequer avaliar as planilhas alternativas apresentadas, o que só evidencia a cumplicidade do Executivo com os abusos cometidos pelas empresas de transporte que operam no município. Estudos realizados pela UEFS demonstram que o cálculo tarifário em Feira se baseia, deliberadamente para elevação do preço, em critérios defasados da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOP). Assim, o PSOL imediatamente fará a **(2) redução da tarifa através da modificação dos critérios técnicos de cálculo**, considerando a não aceitação dos novos parâmetros pelo SINCOL como motivadora de possível rescisão da concessão por divergência com as atribuições legais do poder municipal previstas no Artigo 28 da Lei 2397 de 2003.

Evidentemente, os problemas estruturais apontados nesta proposta de governo decorrem também do caráter viciado e pouco representativo do Conselho Municipal de Transporte, cuja principal atribuição anual tem sido apenas legitimar o aumento da tarifa. Enquanto o Conselho age a revelia do amplo descontentamento popular expresso nas pesquisas de opinião sobre o tema, nas manifestações de rua de estudantes e de moradores de bairros periféricos, as gestões José Ronaldo e Tarcízio Pimenta se notabilizaram pela agilidade na sanção de sucessivos aumentos de tarifa e ataques aos direitos de mobilidade do povo – que ocorrem sempre às vésperas de feriados ou em períodos de recesso escolar como tática para evitar possíveis mobilizações. Portanto, defendemos a **(3) reestruturação total do Conselho Municipal de Transportes**, para torná-lo efetivamente representativo da maioria população feirense através da participação majoritária de movimentos sociais, associações comunitárias e usuários do sistema.

Por outro lado, um aspecto fundamental da gestão do PSOL é que a eficiência do transporte público funcione como estímulo à secundarização do transporte individual motorizado pela população. Dessa forma, a redução do preço da tarifa deve ser associada à medidas que garantam a sua qualidade, atendendo às necessidades concretas da maioria da sociedade. Assim, as iniciativas emergenciais de democratização do acesso conformam apenas a primeira etapa de inversão de prioridade no transporte público, uma vez que a própria lógica de conjunto do SIT

precisa ser transformada. É notório o sub-aproveitamento dos terminais Norte e Sul, o que demonstra a baixa integração e consequente ineficiência do sistema. As “vans” alimentadoras dos terminais não atendem a necessidade do povo, tanto pela pequena capacidade quanto irregularidade de horários desse serviço complementar. Por sua vez, as “vans alternativas” não integram o sistema e operam apenas nos trajetos e horários mais lucrativos (eixos SIM-Centro e Novo Horizonte-Centro). Além disso, os ônibus competem por espaço com os veículos individuais nas principais avenidas e ruas, o que aumenta ainda mais a morosidade do transporte. Associado a todos esses problemas, o traçado das linhas garante apenas a mobilidade bairro-Centro-CIS relativa à certa dinâmica econômica, desconsiderando que a vida econômica, social e cultural feirense não se limita a esse percurso.

Desse modo, o PSOL considera prioritária a reformulação do SIT a partir das seguintes medidas de médio prazo: **(4) redesenho das linhas**, criando novos trajetos que possibilitem a mobilidade bairro-bairro; **(5) criação de um circuito de corredores exclusivos para ônibus**, garantindo agilidade e prioridade prática para o transporte coletivo; **(6) implantação do sistema de integração temporal e modal**, onde o usuário tem maior flexibilidade na definição de seu trajeto porque não está limitado a ir para os terminais de integração – o usuário pode utilizar dentro de determinado tempo a sua passagem em diferentes trechos e modais do sistema; acesso público total a horários, trajetos e localização instantânea dos ônibus através da **(7) criação do Controle Ponto a Ponto**, sistema de informação digital disponibilizado nos principais pontos de ônibus e na internet; ampliar o controle social sobre o transporte público através da **(8) criação da Ouvidoria do Transporte**, mecanismo institucional para possibilitar à maioria da população a expressão permanente dos aspectos a serem melhorados e a fiscalização efetiva da qualidade do serviço.

Por outro lado, em uma gestão democrática e popular, essa reestruturação do transporte coletivo será complementada pela prioridade atribuída à mobilidade não motorizada. Nesse tocante, apesar do relevo propício e tradição de milhares de trabalhadores e estudantes feirenses usarem bicicletas, a utilização de meios de transporte alternativos é completamente desestimulada pela falta de sinalização específica e, especialmente, pela quase inexistência de ciclovias ou áreas públicas de trânsito exclusivo para pedestres. O que se observa também é a completa desconsideração das necessidades dos pedestres no planejamento urbano, evidenciada pelo péssimo estado de conservação das calçadas e pela falta generalizada de passarelas e calçadões, além da inadequação das vias às pessoas com deficiência: a “ciclovía” da Avenida Presidente Dutra, único trecho da cidade, está em estado tão precário que dificulta até mesmo caminhadas; em termos de passarelas, um município com quase 600 mil habitantes e fortemente atravessado por rodovias apresenta uma única, a Passarela Conceição Lobo, na Cidade Nova; já o Calçadão da Sales Barbosa acabou ocupado, totalmente, por barracas de roupas e calçados pela ausência de iniciativas do poder público municipal para garantir outra localização. Para romper com esse quadro, o investimento em alternativas de transporte não motorizado só adquire sentido, sob a ótica de sua efetividade, por exemplo, quando um trecho cicloviário se integra com outros e com a própria malha urbana. Assim, o PSOL propõe a **(9) criação de um Circuito de Mobilidade Não-**

motorizada, integrando ciclovias, ciclo-faixas, passarelas, calçadas e reforma de faixas de pedestres.

Se considerada a dimensão da acessibilidade, a área do Centro, que concentra a maior parte da oferta de serviços do município, multiplica os obstáculos para quem possui alguma deficiência motora ou visual: as calçadas irregulares, seja por falta de manutenção ou construção inadequada, inviabilizam o acesso fácil de cadeirantes e cegos até mesmo aos órgãos públicos. Nesse âmbito, uma medida de alcance significativo defendida pelo PSOL é a **(10) progressiva padronização das calçadas das áreas centrais da cidade**, incluindo a sinalização voltada para a acessibilidade, através de incentivos fiscais à adesão ao programa.

Uma vez que a prioridade da gestão será o transporte coletivo e não motorizado, as medidas acima definidas buscam recuperar o Centro de Feira como espaço de mobilidade privilegiada da maioria da população em lugar da atual importância atribuída ao automóvel. Dessa forma, a gestão **(11) implantará a sincronização geral dos semáforos**, como meio de ordenar de modo mais rápido o trânsito de veículos motorizados, mas desestimulará a presença ostensiva de carros e motos no Centro através do **(12) desenvolvimento de uma política de estacionamento em via pública**, instrumento que permitirá a taxaço ao uso privado irrestrito das ruas e avenidas. Os recursos advindos dessa iniciativa terão como destinação exclusiva para **(13) constituição do Fundo Municipal de Mobilidade**, mecanismo para financiamento municipal da democratização da circulação da maioria da população.

Entretanto, a própria condução de médio e longo prazo das questões de mobilidade precisa resultar de um processo democrático que destrua o trato do transporte como compadrio entre prefeitura e SINCOL, afinal o povo precisa ser sujeito ativo das modificações estruturais necessárias à melhoria do sistema. É sob essa perspectiva que propomos a **(14) construção com ampla participação popular do Plano de Mobilidade Urbana**, conforme Lei 12587 de 2012; instrumento que possibilitará tanto a **(i) instituição do Passe Livre para estudantes da rede pública**, importante meio de desonerar o orçamento das famílias trabalhadoras e de fortalecimento da cidadania jovem, quanto a **(ii) criação de uma Empresa Pública de Transporte**, visando mediar a contradição estrutural entre a busca do lucro das empresas concessionárias e a necessidade popular de acesso universal ao transporte público de qualidade.

Eixo 3
DIREITOS E VIDA
Educação, cultura, saúde, segurança e trabalho

EDUCAÇÃO

Fortalecer a escola pública para transformar o município

Educação é um tema que sempre aparece nos debates, mesmo nas candidaturas da “velha política”, como sendo de grande relevância. Mas é na prática cotidiana das escolas onde se pode perceber a coerência desse discurso: no âmbito feirense, em especial nas últimas três gestões municipais, o discurso da educação como prioridade é uma mentira. Símbolo disso foi o esfacelamento, através de diversos decretos da gestão José Ronaldo, dos direitos do magistério existentes desde o Estatuto dos Servidores Municipais, Lei Complementar 01 de 1994. A partir desse momento, o professorado teve ainda mais dificuldades para garantir melhores condições de trabalho para a categoria, realizando esforços mais para recuperar do que adquirir novos direitos. Dessa forma, a administração municipal procedeu à desregulamentação da carreira do professorado, mediante restrição da progressão profissional e achatamento salarial, além de forte repressão às mobilizações da categoria (com corte de salário e ameaças a diretores e diretoras que não enviassem a lista de frequência dos professores e professoras em greve). Em paralelo a esse processo, algumas escolas foram construídas em parcerias com empresas privadas, com a prerrogativa de estas decidirem sobre os rumos da orientação pedagógica a ser implementadas.

O cenário da educação não se alterou na gestão de Tarcízio Pimenta: em nenhuma reforma escolar houve ampliação de sua estrutura física, além de durarem muito pouco devido à má qualidade dos materiais e do serviço, apenas uma maquiagem e espaço propício para indícios de superfaturamento. Não é só na estrutura-física que as verbas públicas foram mal aplicadas: a atual administração primou pela definição autoritária de aquisição de materiais, como bebedouros de alto custo, inapropriados à condição climática do município, ou “kit de livros” de altíssimo custo adquiridos sem nenhum critério baseado na demanda concreta e causas apontadas pelos docentes para a deficiência da leitura entre os estudantes.

As reformas “cosméticas” da estrutura física das escolas, desconsiderando as necessidades da comunidade escolar, somado à imposição autoritária e inadequada da compra de materiais, dizem muito da forma como a administração municipal vem “revolucionando” a educação feirense. Diante dessas arbitrariedades que comprometem as condições estruturais do trabalho escolar, é proposição do PSOL **(1) dotar as escolas de autonomia administrativa suficiente para que definam democraticamente as prioridades em termos de aquisição de materiais e reestruturação física.**

A propagandeada “revolução digital” de revolucionária não tem nada: a internet escolar é tão lenta que, via de regra, obriga os professores a usarem a caderneta digital fora do horário de trabalho; o uso da “lousa digital” também é comprometido pelo pequeno número e baixa funcionalidade cotidiana, além de suas aulas serem elaboradas por uma empresa, cujo próprio nome – “Fábrica de Aulas” – é demonstrativo de uma concepção tecnicista e utilitária do processo pedagógico; e, por fim, a matrícula digital funciona como a institucionalização da superlotação das turmas. Em descompasso com a promoção pública de educação de qualidade, a gestão Tarcízio Pimenta estabeleceu arbitrariamente apenas o mínimo e não o máximo de alunos em cada turma, além de matrículas automáticas e a qualquer

momento, ferindo a autonomia da direção escolar e do professorado, bem como negligenciando as implicações negativas da superlotação na condução do processo pedagógico. É nesse cenário que o PSOL pretende, por um lado, **(2) ampliar a transparência da matrícula informatizada**, fortalecendo o controle social e da comunidade escolar sobre os critérios de alocação de alunos; e, por outro lado, **(3) estabelecer, em diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras da educação, o máximo de alunos em cada turma**, uma vez que aumentar a atenção dispensada ao estudante é condição fundamental para a construção de uma prática educacional emancipatória.

Todos esses problemas, evidenciados acima, não resultam da falta de dinheiro e sim do seu mau uso. A verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNBEB) é alta e crescente, nunca deixa de ser repassada pela União e sua prestação de contas é realizada apenas internamente, não havendo necessidade de comprovação dos gastos para o governo federal. Os recursos do FUNDEB são mal aplicados, como evidenciado na compra dos inúteis “bebedouros digitais”, de lousas subaproveitadas, kits de materiais escolares de péssima qualidade e atraso frequente da merenda escolar. Além disso, a falta de transparência do uso dessas verbas pelas sucessivas gestões municipais corrobora para a suspeita de mau uso do dinheiro público e fraude. Não há clareza nem mesmo acerca da aplicação mínima, prevista em lei, de 60% para pagamento do professorado. Portanto, o PSOL propõe o óbvio ainda descumprido: **(4) abertura total e irrestrita das contas do FUNDEB à sociedade e auditoria do uso de seus recursos nos últimos anos**. Do mesmo modo, como medida complementar, é necessário esclarecer as relações “nebulosas” entre as diferentes empresas privadas beneficiárias dos contratos com prefeitura municipal ao longo da gestão Tarcízio Pimenta, principalmente porque é evidente que o interesse particular prevaleceu sobre a necessidade pública. Assim, propomos a **(5) auditoria do conjunto dos contratos com prestadores de serviços e fornecedores de materiais relacionados à “revolução digital” e outras iniciativas midiáticas da atual gestão**.

Todo esse cenário de autoritarismo, decisões equivocadas, descaso educacional e de ingerência privada na construção de currículos e no trabalho pedagógico é também consequência do baixo controle social sobre os rumos da educação no município: o Plano Municipal de Educação (PME), Lei 3326 de 2012, foi aprovado recentemente com defasagem de mais de quatro anos em relação a sua elaboração pela sociedade, situação agravada pela inexistência de vontade política da Câmara de Vereadores ou da Prefeitura em estimular a participação popular no processo final de aprovação. Por isso, a **(6) atualização do PME (2011-2021) com amplo envolvimento das direções escolares, professorado, funcionários, alunos e outros setores da sociedade** é uma condição proposta pelo PSOL para a construção democrática e responsável das diretrizes da educação a serem implementadas em Feira de Santana.

No bojo do processo de atualização do PME, e considerando o potencial transformador que a educação tem, o PSOL entende que é compromisso prioritário de uma gestão democrática e popular reverter a distância entre escola e comunidade. Nesse sentido, o ato educativo deve servir como instrumento de

empoderamento e formação crítica para intervenção sobre a realidade e não uma “fórmula pronta” distante das relações concreta e contraditórias produzidas pela sociedade capitalista. Diante disso, o PSOL propõe a construção de **(7) um novo modelo educacional para o município baseado em dois princípios: (i) radical adequação dos projetos político-pedagógicos escolares ao entorno; e (ii) oferta de escola de tempo integral.** Para viabilizar uma “escola integral” é preciso considerar as readequações pedagógicas que a implementação de tal proposição demanda, como a expansão e readequação da infra-estrutura física das escolas, a contratação de mais profissionais via concurso público, assim como a oferta de formação para esses trabalhadores e trabalhadoras por parte do poder público. Por sua vez, a idéia não se resume a que o estudante fique mais tempo “preso” no espaço escolar, mas sim que tal proposição contribua para a formação qualificada das crianças, jovens e adultos que estudam ao superar o tradicional modelo escolar centrado na sala de aula. Por isso a justificativa central não é apenas “liberar” os pais para os afazeres do mundo do trabalho e outras atividades, mas a necessidade de reconstruir os referenciais culturais e sociais que permitam a construção de um novo contexto sócio-político através da valorização da relação com o trabalho, dos saberes populares, da contribuição negra à sociedade brasileira, da diversidade sexual, da igualdade de gênero e do diálogo ecumênico. Portanto, é sob essa perspectiva que reavaliaremos a composição curricular, complementado-a e diversificando as atividades a serem desenvolvidas.

Por sua vez, o reconhecimento da infância enquanto detentora de direitos é parte fundamental da reformulação educacional que defendemos, uma vez que as crianças passam a ser reconhecidas em sua particularidade e isso amplia as possibilidades do processo de formação escolar. De outro modo, a ausência de política pública específica de creches, em especial nas periferias, tem perpetuado no contexto familiar a negação do direito das mães de desempenharem com maior autonomia outras atividades, reforçando a relação conservadora em que o pai “trabalha fora” para o sustento financeiro e a mãe fica restrita aos afazeres domésticos e cuidado dos filhos. Se considerada a situação das milhares de mães solteiras, o impacto negativo da ausência de uma ampla política pública de creches em Feira de Santana é ainda maior. Além de só existirem seis creches específicas na rede municipal, parte é apenas “conveniada” com o poder público porque surgiram da disposição de alguma “tia” ou “tio” da localidade – o que revela o déficit municipal na área, mas também significa instituições em condições de funcionamento precário.

Entendemos que as creches cumprem o papel de promoção da formação educacional da criança, como indicado no âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2009, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. Portanto, para o PSOL é essencial **(8) instituir uma política municipal de creches públicas** que supere o caráter de mero “passatempo”, garanta a responsabilidade da gestão com as condições físicas e sanitárias do local e com a qualificação adequada dos profissionais que atuam nas mesmas. Por isso, essa política se desdobra no mapeamento da necessidade quantitativa de creches e construção gradual de unidades em articulação com as esferas estadual e federal, tendo como critério básico de alocação as áreas mais pobres da cidade.

Ainda assim, para que se concretizem todas essas transformações defendidas por nós, a partir do entendimento que o fortalecimento da escola pública cumpre papel estratégico na disputa por outra sociabilidade, é fundamental que o discurso da “educação de qualidade” se materialize também nas condições de trabalho e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Isso significa erradicar da administração municipal a atual lógica de “barganha” com os direitos dos profissionais que atuam na área: significa **(9) realizar concurso público**, como medida prática para superar a ocupação de vagas reais através da contratação de estagiários e outros vínculos precários de trabalho; bem como significa recompor as condições de trabalho e a progressão na carreira por meio de **(10) um Plano de Carreira a partir do amplo diálogo com o professorado, orientado pelas diretrizes de (i) redução da carga horária em sala e (ii) aumento salarial como condição de vínculo empregatício único.**

CULTURA

O direito social de viver com prazer em Feira

Cultura, em uma gestão democrática e popular, é palavra entendida tanto em seu sentido amplo, como conjunto das práticas resultantes da atribuição de significado, quanto em sentido mais estrito, habitualmente identificado com o acesso e produção artística. Ambas as dimensões são estratégicas para um projeto alternativo para Feira de Santana porque têm amplo potencial de geração de memória comum, fortalecimento das relações comunitárias, melhoria da qualidade de vida, elevação dos padrões de cidadania e, inclusive, dinamização econômica. Portanto, o PSOL acredita e aposta que qualquer reestruturação significativa do município inclui prioritariamente a promoção pública das atividades comumente associadas às expressões “cultura”, “esporte”, e “lazer” como direitos do cidadão feirense. Ao contrário do senso comum com olhares voltados para fora da realidade local, parte significativa da população feirense já produz e consome iniciativas culturais as mais diversas. Não obstante, a lógica de lucro fácil e curto prazo das elites dominantes locais jamais se preocupou em instituir um mercado de bens culturais amplo o suficiente para incluir a maioria da população e expressar a diversidade cultural contemporânea. Historicamente, a própria atuação do poder público municipal foi incipiente diante dessa lacuna: precariedade da estrutura física, destruição do patrimônio arquitetônico, negligência com os artistas locais, baixo incentivo aos trabalhadores da área, escassez de áreas públicas estruturadas para o lazer, inexistência de política de democratização das práticas corporais, transporte coletivo que não favorece a circulação pela cidade, dentre outros problemas.

Por sua vez, o primeiro passo para reversão desse cenário é o estímulo público à apropriação popular dos diferentes equipamentos municipais ociosos ou subutilizados. As próprias escolas municipais ilustram bem essa situação, uma vez que em sua maioria absoluta estão fechadas à comunidade. Por isso, é preciso suscitar o debate acerca da ocupação e uso dos equipamentos públicos disponíveis no município que poderiam ser espaços estruturados para a produção e acesso à cultura, esporte e lazer. Portanto, na perspectiva de descentralização e facilidade geográfica de acesso a bens culturais, aqui estariam inclusos não os principais Ginásios e os Teatros, mas escolas, auditórios, quadras poliesportivas e praças que

são subaproveitados ou mesmo atualmente estão em estado precário. A proposição do PSOL é que **(1) a gestão política desses equipamentos, a escolha de prioridades e a aplicação dos recursos destinados à área seja atribuída aos Fóruns Setoriais de Cultura, definidos por critérios de zonas de abrangência e representatividade das comunidades do setor.** Obviamente, diante do cenário histórico de negligência pública, essa apropriação só se sustentará se for estimulada por um **(2) programa de formação técnica e apoio a coletivos culturais**, que contemple a diversidade cultural dialogando tanto com o “tradicional” quanto com o “contemporâneo” em literatura, teatro, dança, música, grafite, pintura, quadrinhos e produção áudio-visual. Ainda dentro dessa perspectiva de construção de uma nova política cultural para o município, a problemática da radiodifusão não pode ser ignorada: em Feira a radiodifusão cumpre um papel histórico de meio privilegiado de informação local, especialmente nos bairros periféricos, mas ainda nos marcos dos interesses hegemônicos da sociedade. O mesmo vale para o fenômeno dos “blogs de notícias” em Feira, que via de regra informam pautando a realidade sob a mesma perspectiva dos veículos de comunicação consolidados da indústria cultural. Portanto, o PSOL propõe como medida complementar de dinamização da vida cultural feirense, democratização da informação e acesso à tecnologia de informação o **(3) financiamento e assessoria técnica à implantação de rádios e páginas virtuais comunitárias.**

Uma última iniciativa específica de dinamização cultural diz respeito à Biblioteca Municipal Arnold Silva, cujo acervo bibliográfico é irrisório para um município do porte de Feira de Santana e apresenta estrutura precária para um equipamento público de promoção da leitura e memória local. Nesse sentido, em contraposição ao mero uso como “local de encontros” de hoje avaliamos que é essencial utilizar o potencial irradiador da Biblioteca Municipal, por sua posição privilegiada, para suprir o município de uma estrutura de provisão efetiva do hábito de ler. Assim, propomos como prioritária a **(4) reestruturação completa da BMAS**, articulando a ampliação física e do acervo, acondicionamento adequado para as fontes históricas, dotação de auditório e sala pública de cinema. Outra medida que também tem incidência sobre a produção da memória é a definição de uma **(5) política de tombamento e manutenção do patrimônio arquitetônico do município**, contemplando tanto edificações elitizadas quanto populares; iniciativa fundamental para minimizar a destruição que tem marcado a cidade ao longo dos anos – seja por parte do poder público, como no caso da destruição do prédio da Estação Nova na gestão José Ronaldo, seja pela lógica do lucro privado, como na destruição do Casarão de Francisco Pinto para dar lugar a um estacionamento.

No cenário de Feira de Santana, o Conselho Municipal de Cultura deveria ser um espaço central de debate, formulação e deliberação da política cultural. No entanto, não é isso que acontece devido a sua baixa representatividade, funcionamento precário e ausência de fiscalização da execução do orçamento da área. Considerando a peculiaridade local, a ausência de uma secretaria específica de cultura torna ainda mais difícil a definição democrática da política cultural municipal e, especialmente, o controle social do orçamento dessa pasta. O resultado combinado desses fatores é uma política cultural conservadora e em nada transparente, sujeita a todo tipo de ingerência clientelista. A própria política de “incentivo” da gestão Tarcízio Pimenta condiciona esse tipo de relação com poder

público: o Pró-Cultura, baseado na renúncia fiscal de entes privados, favorece o “ciclo vicioso” onde os mesmos proponentes de projetos, por já possuírem uma estrutura de financiadores “montada”, viabilizam suas propostas. Dessa maneira, para o PSOL é preciso **(6) instituir editais baseados em critérios públicos de concorrência como requisito para o financiamento dos projetos**, assim democratizando o acesso à verba pública. Uma das formas de viabilizar a elaboração desses critérios em novos parâmetros é através da **(7) reestruturação da composição do Conselho de Cultura**, ampliando sua representatividade para que contemple diversos segmentos culturais ausentes no atual formato.

Por outro lado, todas as problemáticas relatadas acima correspondem à ausência de instâncias públicas que possibilitem discutir amplamente o papel da cultura em projeto de médio e longo prazo para Feira. As atividades culturais priorizadas ano após ano pelas gestões municipais, notadamente as que envolvem grandes custos, como a Micareta, São João e Expo-Feira, passam ao largo de qualquer critério definido de modo público. A definição das atrações desses eventos e outras iniciativas também passam longe da idéia do Estado enquanto promotor da diversidade de opções culturais. O mesmo vale para a disparidade no tratamento e pagamento às atrações externas e os artistas locais. Nesse sentido, o PSOL acredita que, além de fundamental, é urgente a **(8) elaboração de um Plano Municipal de Cultura** cuja construção não seja de costas para a produção cultural feirense, ou seja, elaborado com ampla participação de quem vivencia o cotidiano da produção cultural da cidade e com abertura para decisão democrática do povo acerca das prioridades. Inclusive, o próprio PMC ampliaria a perspectiva de aporte de recursos para viabilizar essas prioridades, pois é prerrogativa legal para acesso a mais repasses financeiros da esfera federal.

As medidas acima requisitam, em complemento, outro arranjo institucional para gestão da nova amplitude da política municipal na área porque a estrutura da atual Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, além dificultar a transparência da destinação final de recursos, negligencia, ao invés de integrar, as outras dimensões atribuídas a ela. Desse modo, defendemos a **(9) criação de uma Secretaria de Cultura específica**, mas articulada também à **(10) criação de uma renovada Secretaria de Esporte e Lazer** como mecanismo de reversão da histórica omissão pública acerca da cultura corporal enquanto direito da cidadania feirense.

É perceptível que mesmo as tradicionais práticas esportivas de “rendimento” encontram dificuldades em Feira, uma vez que a gestão Tarcízio Pimenta manteve a tendência das gestões anteriores: recursos irrisórios para a pasta específica e nenhuma clareza na destinação de verbas. Obviamente, prevalecem as relações clientelistas como “critério” de escolha de financiamento de um número reduzido de iniciativas, enquanto uma série de coletivos esportivos periféricos ficam à mercê dos favores do vereador da área ou patrocínio privado. Por essas razões, propomos que a escolha de quais equipes esportivas serão financiadas para representar o município em competições regionais, nacionais e internacionais seja mediante **(11) processo seletivo público, baseado em critérios técnicos claros e divulgados para a atribuição dos recursos municipais ao esporte competitivo**.

Por outro lado, o esporte não é valorizado no município apenas na sua dimensão tradicional, mas especialmente porque o acesso a uma prática esportiva ou de lazer corporal não é vista como direito do povo. Não à toa, nem mesmo as escolas municipais, local estratégico para democratização do esporte, têm profissionais de educação física atuando na área e o currículo, na prática, negligencia a educação física vendo-a como aspecto secundário da formação, inclusive pela falta de estrutura física adequada nas escolas. Portanto, uma meta prioritária do PSOL é **(12) dotar todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de profissionais de educação física e estrutura para prática esportiva regular**. Além disso, há também outro problema a ser enfrentado por uma gestão democrática e popular: quem deseja melhorar sua qualidade de vida a partir de atividades físicas lida cotidianamente com a ausência de espaços urbanos adequados – pistas para caminhada e corrida em locais inapropriados, com grande circulação de veículos e fumaça; calçadas sem padronização e irregulares; poucos instrumentos de alongamento e musculação dispostos para uso comunitário; e, em especial, a inexistência de parques públicos na maior parte da cidade. Quadro agravado pela falta de orientação profissional pública nas áreas do tecido urbano que, pela necessidade, a população se apropriou para prática de atividades físicas, como é o caso emblemático da Avenida Fraga Maia. A solução, nada democrática, que restou à maioria da população são as academias privadas. Nesse sentido, em consonância com iniciativas de democratização do espaço propostas em outro eixo deste programa de governo, o PSOL pretende **(13) instituir as Áreas Prioritárias de Lazer e Esporte**, adequando a estrutura física e garantindo acessibilidade e também acompanhamento profissional naquelas áreas públicas já amplamente utilizadas para esse fim em cada zona da cidade.

SAÚDE

Garantir o acesso e a resolutividade do SUS

Ao contrário da propaganda da atual gestão, a saúde pública não é prioridade em Feira de Santana. Isso é percebido de diversas formas. Nos postos de saúde (e não foram todos) nos quais chegou a dita “revolução digital”, na prática, não houve qualquer renovação substancial das condições cotidianas de saúde da maioria da população, que continua esperando meses por um atendimento nos postos de saúde de seus bairros. Dessa maneira, como o interesse na “informatização” da saúde pública foi mais “cosmético” do que efetivo, o investimento público é subutilizado: os televisores das unidades de saúde exibem peças publicitárias da atual gestão como “distração” para a demora no atendimento. A falta de resolutividade, além de contribuir para a descredibilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), faz com que não se estabeleça o vínculo do usuário com o serviço de saúde, comprometendo o modelo de atenção à saúde que tem como lógica a promoção e prevenção da saúde. Isso gera, no médio e longo prazo, impactos graves na saúde da população de doenças que são preveníveis e consequências que são evitáveis (como as complicações e mortes decorrentes de diabetes e hipertensão não controladas através de acompanhamento). Essa situação traz ainda maiores custos ao orçamento público, uma vez que o gasto para resolver um problema no nível da promoção e prevenção é bem menor do que quando aparecem as complicações e necessidades de atendimentos mais especializados. Portanto, o PSOL entende que

é preciso **(1) aumentar a cobertura da Atenção Básica, tendo como meta a abrangência de 100% da Estratégia de Saúde da Família**, porque a cobertura que atualmente temos (cerca de 50%) não é suficiente para atender a necessidade da maioria da população (tanto as mais imediatas quanto as de acompanhamento).

Mas a falta de resolutividade não acaba na Atenção Básica. A Média Complexidade, correspondente a exames e às consultas especializadas, é a parte da hierarquia do sistema de saúde que mais fere ao princípio de Equidade (“dar mais para quem mais precisa”) e Integralidade do SUS, haja vista a demora por um atendimento. A Regulação (Central de Marcação) tem a atribuição de ordenar o fluxo do paciente na rede do SUS. Porém, a Central de Marcação de Feira de Santana não está de acordo com o Sistema de Informação (SISREG), padronizado pelo Ministério da Saúde. Associado a isso, os profissionais técnicos que trabalham nesse setor possuem vínculo empregatício precarizado, através de contratos temporários, cuja interrupção dos serviços compromete a qualidade dos mesmos. Além disso, não há protocolos de atendimento e, portanto, nem clareza nos critérios adotados, o que acaba por favorecer práticas clientelistas das marcações por aqueles que têm seu acesso facilitado. Isso é agravado pela ausência de um Complexo Regulador – Feira de Santana não regula internação hospitalar e nem procedimentos de alta complexidade – o que compromete o controle do fluxo dos pacientes e administração dos custos. O PSOL tem como proposição o **(2) acesso informatizado total do usuário à lista de espera, como instrumento democrático de fiscalização da Regulação**. Além disso, em contraposição à suposta “revolução digital” propagandeada pela gestão Tarcízio Pimenta, o PSOL defende o uso efetivo das tecnologias de informação através da **(3) implantação de prontuários eletrônicos integrados**, permitindo ao usuário um atendimento de caráter mais integral, com todo o seu histórico de atendimentos num prontuário único em toda a hierarquia da rede do sistema público de saúde (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade).

Não obstante, como é grande a espera por uma consulta especializada ou pela realização de um procedimento, grande parte das pessoas, forçosamente, acaba por fazer um esforço financeiro para ter seus problemas de saúde resolvidos. Com essa ineficiência da gestão, o SUS termina por realizar uma grande triagem de pacientes para a iniciativa privada. Não à toa o crescimento exponencial das chamadas “clínicas populares” no Centro da cidade, que recebem toda a demanda reprimida do sistema público decorrente da sua falta de resolutividade. Contudo, ainda é preciso lembrar que a grande maioria das pessoas não tem condição de fazer desembolso direto para terem acesso a um atendimento. Então, o que houve nos últimos anos foi a “Universalização Excludente” do SUS e não a garantia do direito à Saúde. O PSOL entende que é preciso minimizar drasticamente a espera da maioria da população para atendimento à saúde e isso perpassa por **(4) maior investimento na Média Complexidade para aumentar a oferta de serviços especializados à população**.

A Média Complexidade ainda possui um elemento de ligação com o serviço privado, a chamada Saúde Complementar. Aqui, o serviço privado complementa o SUS através de prestação de serviços que o sistema público não oferece. Para o PSOL, **(5) realizar auditorias dos contratos com prestadores de serviços** é algo fundamental para fiscalizar com exatidão o cumprimento dos contratos e identificar a

deficiências de oferta de serviços, combatendo a habitual relação parasitária do privado sobre o público. Na Alta Complexidade, na qual estão presentes os atendimentos mais complexos da saúde, também existem sérios problemas de resolatividade. Feira de Santana é uma cidade pólo, que recebe demandas de saúde de diversos municípios, mas sua estrutura hospitalar além de precária é insuficiente. A recente constituição da Região Metropolitana de Feira de Santana tende a agravar essa situação, uma vez que essa definição legal não foi acompanhada de medidas efetivas para ampliar a infra-estrutura municipal. Portanto, essa situação é de negligência e falta de vontade política, tanto municipal quanto do estado. Como compromisso de uma gestão democrática e popular, o PSOL defende a **(6) elaboração de projeto uma nova estrutura hospitalar com porte semelhante ao do Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA)**, a ser viabilizada em articulação interinstitucional com as esferas estadual e federal de governo.

A terceirização da gestão de estabelecimento públicos de saúde por meio das fundações estatais de direito privado é outra evidência da “vampirização” da iniciativa privada no setor público. A gestão de um estabelecimento é o “cérebro” do funcionamento dos serviços. Entregar a gestão pública a terceiros é submeter a concretização de direitos sociais à lógica do sistema privado, cuja busca por lucro não atende às necessidades da maioria da população. A terceirização da gestão, além de possuir uma lógica de funcionamento que não se baseia em um planejamento voltado para a questão epidemiológica do município, tem interferência direta na relação com os trabalhadores da área da saúde já que, através das fundações, torna os vínculos empregatícios ainda mais precários por se tratarem em sua maioria de contratações temporárias. Associada a isso Feira de Santana encontra-se dominada pelas “cooperativas da saúde” que operam com a lógica de contratações precárias, com regime de CLT. Na contramão desse processo, uma gestão democrática e popular precisa desconstruir a ideia que o trabalhador do serviço público não tem vontade de trabalhar, ou trabalha de mau humor, e que o trabalhador do serviço privado é que trabalha com qualidade. O que é necessário é a valorização dos trabalhadores da área da saúde, que se encontram com vínculo precário e com sobrecarga de trabalho. O PSOL julga necessário realizar **(7) auditoria dos contratos já existentes estabelecidos com as cooperativas de saúde**, que haja **(8) realização de concurso público para as diversas funções envolvidas no trabalho com a saúde** (motoristas, médicos, equipe da limpeza, enfermeiros, recepcionistas, nutricionistas, agentes comunitários e outros) e **(9) a construção de um Plano de Cargos e Salários** que traga motivação, formação permanente e valorização dos trabalhadores da saúde em consonância com os pisos salariais estabelecidos para as categorias.

Como em outras áreas, em qualquer contexto, o avanço dessas e outras medidas de interesse popular depende do engajamento cada vez maior do povo como sujeito das transformações de Feira. Assim, acreditamos que é essencial um **(10) Programa de Incentivo à Participação Popular nas Conferências e Conselhos Locais de Saúde**, para que a maioria da população possa se sentir co-autora da construção das políticas públicas de saúde do município e da fiscalização de sua implementação.

SEGURANÇA

Atenção às condições integrais da vida

A segurança pública de Feira de Santana não assegura clima de tranquilidade para o povo, sensação ampliada pelo forte índice de violência na cidade expresso nos principais veículos de comunicação, geralmente, de modo sensacionalista. Contudo, pior do que saber pelas emissoras de rádio ou de televisão é vivenciar a violência a partir dos acontecimentos em seu próprio bairro: em 2011, Feira de Santana teve um índice de homicídio de 68,7 por grupo de cem mil habitantes, média comparável à regiões do mundo que vivenciam guerra declarada. A situação pode ser vista, sem dúvida, como decorrência do fato do município ter a característica peculiar de “cidade-entroncamento”. O que não justifica naturalmente o alto índice de violência local, especialmente se dissociado a presença de atividades de contrabando de cargas e sua articulação, inclusive, com outras práticas criminosas como o comércio de armas ilegais. Dessa forma, é fundamental questionar quem fornece as armas das ocorrências de homicídios e outras práticas de violência em Feira de Santana. Por outro lado, associada a isso, há a corrupção policial e uma ordem política de conivência com esse cenário e com outras contravenções, como é perceptível no caso do “jogo do bicho”. Não à toa, estabelecimentos ligados a “bicheiros” exibem em seus muros, nos períodos eleitorais, a publicidade de inúmeros candidatos a cargos eletivos, expressando que os principais redutos criminosos estão bem distantes da periferia.

Por sua vez, a expansão urbana também está de costas para a segurança da maioria da população: enquanto a especulação imobiliária permite vazios urbanos que estimulam áreas de criminalidade, como os espaços ociosos no Centro, a cidade se expande sem qualquer tipo de planejamento voltado para a maioria da população – e não estamos aqui falando do “planejamento” que viabiliza o empreendedorismo da construção civil de interesses estritamente particulares. Ao contrário da propaganda oficial da atual administração e do PT, essa expansão, não planejada em função da maioria, tem efeitos danosos para a sociedade feirense. No caso da segurança pública, nem mesmo as iniciativas tradicionais na área, como aumento do policiamento ostensivo, seguem o mesmo ritmo de crescimento da construção dos empreendimentos privados. Enquanto isso, estudos realizados pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) apontam uma correlação significativa entre o alto índice de violência e infra-estrutura precária de bairros, principalmente nas periferias da cidade.

Quanto à mídia local, geralmente, reproduz um discurso simplista acerca da “criminalidade”, como é o caso do uso midiático do uso do *crack* como “a” causa do alto índice de homicídios. Discurso irresponsável estimulado, através de campanha publicitária, pelo governo Wagner. Essa é uma associação falaciosa, até porque as próprias instituições policiais não produzem dados rigorosos o suficiente para assegurar esse tipo de informação. Assim, o PSOL considera compromisso de uma gestão democrática e popular ampliar o conhecimento efetivo das características e causas reais da violência no município através de um **(1) Banco de dados da violência**, possibilitando o diagnóstico mais fiel da realidade e também que o planejamento das ações da segurança municipal esteja baseado em evidências concretas da realidade e não em preconceitos.

Todavia, além dessa proposição, é necessário superar a lógica fragmentária e midiática que tem marcado as iniciativas de segurança pública em Feira: uma adesão frágil ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), cumprindo apenas o papel de financiamento da compra de viaturas; uma Secretaria de Prevenção à Violência (SEPREV) reduzida à função meramente formal; uma Central de Monitoramento voltada para a segurança patrimonial privada da área comercial; e Bases Comunitárias de Segurança definidas de “cima para baixo” sem qualquer discussão pública sobre a questão. O mais sistemático, a propagandeada atuação da guarda municipal, segue rumos equivocados: imita o modelo de ação da Polícia Militar, cuja atuação reproduz vícios decorrentes de uma tradição de formação militar autoritária e da cultura machista. Nesse sentido, o PSOL propõe a **(2) reformulação da guarda municipal baseado na diretriz de efetiva atuação comunitária**. Acreditamos, portanto, que a segurança pública precisa de um novo modelo no qual sua função social seja ampliada a partir da **(3) integração da ação da guarda municipal com outros agentes da segurança pública e serviços públicos de garantia da vida**. O modelo atual não contempla a complexidade da realidade de vulnerabilidade a que está exposta a maioria da população. As ocorrências policiais quase sempre demandariam, por exemplo, atuação conjunta com a área da saúde (como os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS) e assistência social.

Associado a essa reformulação institucional da guarda municipal, defendemos uma iniciativa preventiva sistemática expressa em um **(4) Programa de Revitalização Econômica e Cultural das Periferias**, instrumento fundamental para promoção de uma visibilidade positiva em especial para a juventude. Para tanto, a princípio, o Plano integra de modo complementar: **(i) a criação da Agenda da Periferia**, para articular e dar visibilidade a produção cultural existente; **(ii) a partir de discussão com as comunidades, reforma de quadras poliesportivas, construção de pistas de skate e de arenas de teatro em bairros populares**; **(iii) oficinas de formação em iniciativas de sustentabilidade**, com foco na juventude, para fomentar o ativismo comunitário em áreas ambientalmente degradadas; e **(iv) a inclusão prioritária de jovens nas ações de geração de emprego e renda com base no associativismo e na cooperação**. Com essas medidas, pretende-se viabilizar condições para o protagonismo da juventude na construção de outra sociabilidade em Feira. O PSOL acredita que esse é um dos caminhos para diminuir os indicadores de violência, construindo oportunidades para a população da periferia, que tem acesso precário ao trabalho, à escola, esporte, lazer e cultura; possibilitando alternativas concretas que concorram com as que habitualmente lhes são oferecidas: ou o desemprego, ou emprego precarizado, ou o mundo da criminalidade. Além disso, considerando que transformações sociais exigem políticas de médio e longo prazo, é preciso **(5) incorporar nas escolas o debate sobre machismo, homofobia, racismo e outros condicionantes culturais da violência**, com intuito de desmitificar o tema, desconstruindo a visão simplista da violência urbana motivada pela ausência de reflexão sobre os seus condicionantes e instrumentalizar o povo para que cobre medidas mais eficazes para resolução do problema.

Em sintonia com essa última medida, é importante ter em vista que Feira de Santana possui alto índice de violência contra a mulher: no ano de 2011 foram registradas 5774 queixas. Neste ano, somente no primeiro trimestre, foram registradas 1025 queixas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Embora alarmante, esse dado não corresponde à realidade exata porque a mudança de prédio da Delegacia e problemas operacionais com o sistema de informação fizeram com que muitas mulheres se dirigissem diretamente ao Complexo Policial Investigador Bandeira para realizar suas queixas. Outro elemento que indica a subnotificação de queixas é o fato da DEAM não funcionar no final de semana, circunstância de comprovado aumento das práticas de violência. Além disso, pela ausência de uma política massiva de informação, a mulher vítima de violência não se sente segura para dar o primeiro passo para a denúncia. Os serviços de saúde são em grande parte a primeira “porta de entrada” para uma mulher vítima de violência. No entanto, apesar da violência à mulher ser um caso de notificação compulsória, não há qualificação dos profissionais envolvidos para dar o encaminhamento necessário para a resolução dos casos.

Toda essa realidade demonstra a fragilidade da política pública para mulheres no município, no qual não há uma rede integrada de assistência à mulher vítima de violência. A morosidade do julgamento das ocorrências amplia a vulnerabilidade das mulheres agredidas, situação agravada pela incapacidade da gestão Tarcízio Pimenta em implantar ao menos uma Casa Abrigo – as mulheres sentem-se desmotivadas a denunciar e, em geral por condições materiais, forçosamente permanecer no mesmo local do agressor. A proposição do Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) é atender a demanda de Feira de Santana e a mais 16 municípios, sem qualquer transparência na regulação dessa demanda. Atualmente o CRMQ atende 250 mulheres, quantitativo que significa que não há resolutividade necessária para todas as queixas registradas nem mesmo no município de Feira de Santana e tão pouco para a demanda dos outros 16 municípios. Portanto, é necessária a **(6) efetiva implantação da rede integrada de assistência à mulher vítima de violência**, tendo como contrapartida específica da prefeitura a garantia de quatro princípios básicos: **(i) ampla política de informação sobre como proceder para denunciar; (ii) capacitar os profissionais do serviço público municipal, em especial da área de saúde, para o devido atendimento e encaminhamentos necessários; (iii) criar um banco de dados efetivo para diagnóstico da realidade; e (iv) diálogo permanente com lideranças comunitárias e representantes dos movimentos de mulheres.**

Outro ponto fundamental na perspectiva de segurança pública que defendemos é a postura ativa, por parte do poder público municipal, para combate à homofobia. No Brasil discriminar homossexuais é prática corriqueira nas variadas camadas sociais, tendo como efeito mais evidente os elevados índices de violência contra gays, lésbicas e travestis. Tanto mais, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2011 foram documentados 266 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, demonstrando um aumento de 118% nos últimos seis anos (122 em 2007). Nacionalmente, a Bahia lidera essa lista pelo sexto ano consecutivo com 28 homicídios somente no ano passado. Apesar de Feira de Santana só possuir um registro de homicídio relativo à homofobia em 2011, é perceptível que esse dado corresponde muito mais à subnotificação do que à garantia efetiva dos direitos da

população LGBT do município. O quadro é ainda mais grave se considerando que a violência contra esse segmento atravessa o convívio familiar, as relações entre professores e estudantes na escola ou faculdade, o ambiente de trabalho e, em especial, a rua e outros espaços públicos. A ausência de uma legislação específica para punir essas práticas, a falta de atendimento humanizado nas delegacias de polícia e a omissão das esferas federal, estadual e municipal em construir um banco de dados sobre crimes de ódio contra homossexuais contribuem, fortemente, para que a violência praticada contra esse segmento (que vai do xingamento ao extermínio físico) seja “invisível” no debate público. Por isso, a postura de uma gestão municipal não pode se resumir ao visto nos últimos anos: um “apoio” pontual à realização da Parada Gay. Nesse sentido, o PSOL defende **(7) a criação de uma coordenadoria LGBT** cuja atribuição será **(i) a produção de indicadores de violência homofóbica no município; (ii) a promoção permanente do diálogo sobre diversidade sexual e combate à homofobia na rede municipal de ensino; e (iii) a articulação contínua com representações da comunidade LGBT para definição das prioridades da gestão para esse segmento.**

Dessa forma, o que se pretende é um esforço de gestão para reorientar o modelo de segurança pública do atendimento preferencial aos interesses privados ou de estatais para a defesa da vida e segurança da maioria da população e garantia de cidadania a todos sem preconceito: daqueles que vivem em condições vulneráveis, ou em bairros desestruturados; dos que chegam tarde em casa porque a distância entre o local de trabalho e suas moradias é longa; dos que são privados de seu direito à moradia e vários outros direitos, sem os quais são colocados à “margem da sociedade”. Para a construção desse novo modelo de segurança é fundamental um espaço institucional que possibilite a interlocução entre os profissionais que atuam na segurança pública, discutindo suas condições de trabalho e grau de exposição, pesquisadores acadêmicos da área e ativistas ligados à afirmação dos direitos humanos. Obviamente, essa reorientação dos instrumentos de segurança atuantes no município não é apenas “técnica”, pois depende do engajamento da sociedade civil para viabilizá-la em sintonia com a complexidade da questão. Nesse sentido, o PSOL propõe um **(8) Fórum Municipal de Segurança Pública**, para construção democrática das diretrizes e metas prioritárias de um novo modelo de segurança a ser apresentada como proposta da sociedade feirense às esferas municipal, estadual e federal.

TRABALHO

Gerar renda fortalecendo a economia popular

O modelo de desenvolvimento que tem marcado Feira, desde a década de 1960, ao mesmo tempo em que promoveu crescimento econômico ininterrupto, não conseguiu gerar uma dinâmica capaz de incluir toda a população economicamente ativa do município. Como demonstram a presença ostensiva do chamado trabalho informal nas ruas do Centro da cidade, o trabalho precário ou mesmo o desemprego a que milhares são submetidos, a atividade industrial ou o tradicional comércio feirense foram incapazes de garantir renda a uma parcela significativa do povo. Não obstante, como indicam os contrastes da paisagem urbana do município, a concentração de riqueza marca a realidade local: embora Feira de Santana seja um

dos cem municípios mais ricos do Brasil e também entre os cem com maior número de famílias ricas (segundo o Atlas da Exclusão Social) a maioria da população convive com privação, a pobreza e a miséria.

Em contrapartida, até por essa realidade, a vivência do povo feirense é marcada por experiências diversas de economia popular. Essas experiências trazem, geralmente de modo pontual e fragmentário, a prática da cooperação, a gestão sob controle do trabalho, boas condições de viabilidade econômica e relações de solidariedade. Assim, para o PSOL, possibilitar a transformação dessas experiências em um efetivo circuito de economia popular e solidária tem relevância se considerados os resultados deixados pela falência ou deslocamento de grandes empresas industriais, bem como o crescente desemprego e outras formas modernas de exclusão que não podem ser resolvidas pelos limitados programas de “transferência de renda”.

Como perfil deste seguimento no Brasil, levando em consideração dados do Ministério de Trabalho e Emprego, foram identificados 14.954 “Empreendimentos Econômicos Solidários” em 2.274 municípios, tendo por base o ano de 2005. Além disso, 41% dos municípios brasileiros já praticam de alguma forma a economia popular e solidária sem se dar conta: a região Nordeste lidera no que diz respeito à prática solidária nos negócios com 44% dos empreendimentos solidários. Em que pese não haver dados sistematizados sobre essa dimensão em Feira, os números regionais indicam que esse movimento econômico não é algo desprezível economicamente e que, portanto, precisamos superar a negligência com que o tema é tratado pelo poder público habitualmente. Inclusive, na maioria dos casos, as organizações coletivas ligadas à economia popular agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares, contribuindo fortemente para a geração de renda entre os setores populares.

Apesar da forma secundária com que o setor é tratado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico, Feira de Santana abriga experiências estimuladas pela UEFS que servem de referência, como a cooperativa de badameiros, antigos catadores de lixo que se mobilizaram e conseguiram se organizar, aumentando consideravelmente sua renda; além de outros grupos em processo de incubação: uma cooperativa formada por mulheres do bairro Queimadinha no ramo alimentício; uma lanchonete baseada em agricultura familiar; bem como empresas recuperadas através da autogestão do processo de trabalho com material plástico, em parte reciclado, entre outras experiências que demonstram a viabilidade da promoção pública dessas iniciativas.

Portanto, em contraste com a busca tradicional pela atração de grandes empreendimentos privados, a gestão popular e democrática tem como **(1) orientação econômica pautar o fortalecimento da economia popular e solidária no município**. Nesse sentido, sem dúvida, o estímulo amplo a formas de trabalho cooperado tem centralidade, uma vez que o objetivo da nova política pública é fomentar o reconhecimento da existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

Assim, essa perspectiva envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas ao serem assumidas por trabalhadores; associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, negros e jovens, prioritariamente); clubes de trocas, dentre outros. Quanto à forma de organização do processo econômico popular solidário em cooperativas, deve ser entendido como apenas um formato jurídico que se utiliza para organizar uma unidade “produtiva”. Nesse sentido, é importante ter em vista a autogestão e o fomento às formas associativas do trabalho como princípios da política de economia popular que defendemos, não se restringindo a idéia do “simples cooperativismo” como base do circuito econômico que queremos fortalecer. Como exemplo inverso, as supostas “cooperativas” predominantes em Feira de Santana, inclusive na prestação de serviços ao poder público, são ilustrações da negação do princípio do trabalho cooperado e solidário, pois nesse caso a forma jurídica da cooperativa serve apenas para viabilizar relações precárias de trabalho e sem seguridade social.

Dessa maneira, o PSOL defende a **(2) criação do Departamento do Trabalho Cooperado e Geração de Renda** cuja atribuição é coordenar as iniciativas da gestão nessa área, centralizando os seguintes aspectos: **(i) assistência técnica**, não apenas abrangendo os componentes contábeis e de gestão, mas entendida em seu aspecto educacional e de formação para o trabalho cooperado; **(ii) elaboração do planejamento de conjunto de todas iniciativas econômicas populares e solidárias** articuladas pela gestão, possibilitando relação entre os programas específicos (no campo, catadores, na construção civil e no setor de serviços, por exemplo); e **(iii) promover a articulação das experiências de economia popular entre si, fomentando redes próprias de circulação, comercialização e crédito, bem como com as demandas da economia de mercado**, propiciando dinamismo econômico que leve à autonomia do incentivo estatal. Além dos programas ligados ao trabalho coletivo no campo e de catadores de recicláveis, mencionados em outros sub-Eixos, o foco prioritário do novo Departamento será o estímulo às iniciativas relativas ao setor de serviços e à construção civil. O primeiro, por sua vez, porque as necessidades econômicas contemporâneas da produção demandam toda uma gama de atividades cujo desempenho pelos setores populares é viável sem mobilizar um grande volume de capital; por outro, a organização de cooperativas de construtores é central para viabilizar a política habitacional centrada em pequenos conjuntos integrados à infra-estrutura urbana, uma vez que a proposição é orientar tecnicamente a experiência popular de autoconstrução em “mutirões habitacionais” em áreas urbanas ociosas.

Com essas iniciativas, o PSOL pretende não só fortalecer economicamente o circuito de economia popular, mas fortalecer nele os aspectos que levem ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes através da justa distribuição dos resultados alcançados; ao bem estar dos trabalhadores e consumidores; ao respeito dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; às relações com base nas reais necessidades da comunidade local; ao contato produtivo entre movimentos sociais e populares de caráter contestatório; e ao compromisso com sustentabilidade ambiental.